



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS - CAHL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ITANA JAMILE CASTRO DE OLIVEIRA

IDOSO E PARTICIPAÇÃO POLITICA NO MUNICIPIO DE CACHOEIRA-BA:
NOTAS SOBRE A TRAJETÓRIA DE UMA MULHER IDOSA

CACHOEIRA - BA

2017

ITANA JAMILE CASTRO DE OLIVEIRA

**IDOSO E PARTICIPAÇÃO POLITICA NO MUNICIPIO DE CACHOEIRA-BA:
NOTAS SOBRE A TRAJETÓRIA DE UMA MULHER IDOSA**

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Serviço Social, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Dra. Silvia de Oliveira Pereira¹

CACHOEIRA - BA

2017

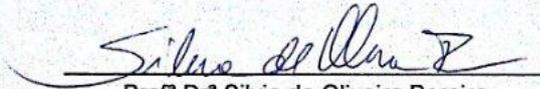
¹ O trabalho foi orientado inicialmente por Marcela Mary José da Silva e a mudança de orientador foi aprovada pelo Colegiado de Serviço Social em 18 de abril de 2017.

ITANA JAMILE CASTRO DE OLIVEIRA

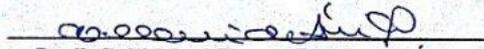
"IDOSO E PARTICIPAÇÃO POLITICA NO MUNICIPIO DE CACHOEIRA-BA:
NOTAS SOBRE A TRAJETÓRIA DE UMA MULHER IDOSA"

Cachoeira – BA, aprovada em 29/06/2017.

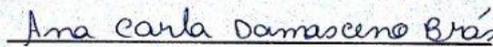
BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Silvia de Oliveira Pereira
Presidente da Banca Examinadora



Profª. Drª Heleni Duarte Dantas de Ávila
Membro da Banca Examinadora



Esp. Ana Carla Damasceno Bras
Membro da Banca Examinadora

*“A velhice é a paródia da vida.”
Simone de Beauvoir*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a ti, querido Deus, por sua companhia, por sua amizade, por seu grande amor e cuidado comigo em todos os momentos da minha vida. Por sempre ouvir as minhas orações, mesmo quando elas eram só lágrimas. Que o Senhor me conserve uma pessoa de coração agradecido, foram tantas lutas, provas, vitórias e derrotas, mas em cada uma delas o Senhor sempre esteve presente para me ajudar a vencer, sei que não sou merecedora, mas Deus com sua infinita bondade e misericórdia sempre esteve ao meu lado, sendo um amigo fiel, eu sempre serei grata por todo o seu cuidado, pois sei que seja chorando ou sorrindo tua presença sempre me acompanha, obrigada Deus.

Agradeço também a minha amada avó Bernadete (*in memoriam*) por todo o seu amor e dedicação: te amo, a saudade transborda.

A meu pai, sei que tudo que fizestes foi para o meu bem. Te amo.

Ao casal Manoel Tosta e Marivalda Tosta, obrigada por me trilharem nos caminhos do Senhor Deus, por terem dedicado mais de uma década de suas vidas a mim. Amo vocês e sou muito grata.

A Nelma por sempre me tratar por igual, por me ouvir, e por estar presente em minha vida te amo. Alessandra, Marcella e Alexandre Neto vocês são especiais em minha vida. Amo vocês.

A UFRB por todas as oportunidades, experiências enriquecedoras, por todas as pessoas que conheci através dela e conhecimento que levarei para o resto da minha vida.

A minha supervisora de estágio a Assistente Social Denise Alem por todo conhecimento transmitido. Sou grata a Secretaria de Assistência Social do município da Cachoeira por te me recebido tão bem, a minha orientadora Prof.^a Dr.^a Silvia Pereira por não me abandonar nesse momento de luta e ter me dado uma oportunidade de seguir em frente muito grata, a Prof.^a Dr.^a Heleni Ávila por me acalmar e achar a solução no momento mais tenso da minha vida muito grata.

Aos meus amigos que sempre estiveram na torcida pela minha vitória amo vocês, a minha família, a minha querida amiga Adriely Matos por sempre estar ao meu lado amo você, a Cristiane amizade além da UFRB amo você, ao grupo Lindos de Bonitos por toda alegria transmitida quando eu mais precisei obrigada. Enfim grata pelo dom da vida, por não ter perdido a fé em Deus e saber que no tempo dele os esforços são reconhecidos e a espera tem recompensa, pois a minha vida não

seguiu um caminho fácil, mas aprendi a me levantar em todas as vezes que cair.
Gratidão.

RESUMO

O objetivo desse trabalho é discutir a inserção da pessoa idosa em espaço de decisão política no município de Cachoeira-Ba. O estudo foi realizado através das referências bibliográficas e documentais de modo a construir um breve histórico da história do idoso em espaços decisórios. Também avaliamos a contribuição do idoso em cargos de poder público em Cachoeira-Ba e descrevemos alguns desafios encontrados por essa população no meio político. A questão de investigação para esse estudo, indaga sobre: Como se configura a participação do idoso na estrutura política de Cachoeira? Para responder essa indagação realizamos também uma entrevista semi-estruturada de natureza qualitativa com uma atual vereadora de Cachoeira-Ba que tem 67 anos de idade. Dessa forma os dados levantados permitiram compreender que não existe um limite de idade que impeça o idoso (a) a desenvolver o seu trabalho, ou desempenhar suas funções na política, apesar dos preconceitos de uma sociedade que não costuma respeitar a experiência da pessoa idosa.

Palavras chaves: pessoa idosa, política, participação.

ABSTRACT

The objective of this work is to discuss the insertion of the elderly person into a political decision space in the municipality of Cachoeira-Ba. The study was carried out through bibliographical and documentary references in order to construct a brief history of the elderly 's history in decision - making spaces. We also evaluated the contribution of the elderly in positions of public power in Cachoeira-Ba and described some challenges encountered by this population in the political environment. The research question for this study, asks about: How is the participation of the elderly in the political structure of Cachoeira? To answer this question, we also conducted a semi-structured qualitative interview with a current councilor from Cachoeira-Ba who is 67 years old. Thus, the data collected allowed us to understand that there is no age limit that prevents the elderly from developing their work, or performing their duties in politics, despite the prejudices of a society that does not usually respect the experience of the elderly person.

Keywords: elder, politics, participation

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1. Presidentes do Brasil por idade na posse mandato e partido – 1889 a 1930 (República Velha)

QUADRO 2. Presidentes do Brasil por idade na posse mandato e partido -1945 a2017

TABELA 3. Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade Cachoeira –BA

QUADRO 4. Administração Municipal - 1989 a 1992

QUADRO 5. Administração municipal-1993 a 1996

QUADRO 6. Administração municipal 1997 – 2000

QUADRO 7. Administração municipal 2001 – 2004

QUADRO 8. Administração municipal 2005 – 2008

QUADRO 9. Administração municipal 2009 – 2012

QUADRO 10. Administração municipal 2013 - 2016

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1.A PESSOA IDOSA: DEMOGRAFIA E PROTEÇÃO SOCIAL.....	12
1.1 Elementos históricos e políticos sobre o envelhecimento.....	12
1.2 Política Nacional do Idoso (PNI), Política Nacional de Saúde do Idoso (PNSI) e Estatuto do Idoso.....	17
1.3 Demografia, visibilidade e participação em espaços decisórios.....	21
2. CONTEXTO HISTÓRICO DA ESTRUTURA PARTDÁRIA	29
2.1 Da colônia a república.....	32
2.2 Após 1964 até os dias atuais.....	36
2.3 Contexto sócio- histórico da política Cachoeira – BA.....	38
2.4 Velhice e participação política em Cachoeira - BA.....	41
3. A PESQUISA EMPIRICA	45
3.1 Aspectos éticos.....	49
3.2 A trajetória da vereadora Angélica Sapucaia.....	49
3.2.1 Política.....	49
3.2.2 Questões de gênero: a mulher idosa.....	50
3.2.3 Projetos, planos e expectativa na política para a população idosa de Cachoeira.....	52
3.2.4 Envelhecer.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERENCIAS	60
Apêndice A.....	63
Apêndice B.....	66

Apêndice C.....	67
-----------------	----

INTRODUÇÃO

O foco principal desta pesquisa está em discutir a inserção da pessoa idosa em espaço de decisão política no município de Cachoeira – BA, município localizado no recôncavo da Bahia. Trata-se de considerar a relevância de analisar a participação e representação política do idoso em cargos de poder público no contexto histórico brasileiro, e entender como esse processo se constitui no município de Cachoeira – BA a partir de uma trajetória de vida.

Dessa forma essa pesquisa nos permite exprimir e formar opinião pública, pois sabemos o quanto os partidos foram e são fundamentais para as eleições e escolha dos candidatos, pois logo no começo do surgimento dos partidos políticos, estes foram totalmente desprezados tanto na doutrina quanto na ética.

No primeiro capítulo trazemos um pouco sobre a questão do envelhecimento e abordamos um breve contexto da história da política no município de Cachoeira bem como se dá a participação política nesse município. Também são analisadas resumidamente algumas políticas públicas direcionada para o idoso como: Política Nacional do Idoso (PNI), Política Nacional de Saúde do Idoso (PNSI) e Estatuto do Idoso.

No segundo capítulo abordaremos como surgem os partidos políticos e como eles se estruturam politicamente, desde o período colonial até a atualidade, sendo brevemente analisado o seu contexto histórico no Brasil.

O terceiro e último capítulo constitui na análise dos dados coletados através da entrevista realizada com a Sra. Angélica Sapucaia, uma mulher idosa e atual vereadora de Cachoeira.

Sendo esta a forma de recurso que utilizamos para buscar responder a indagação que emerge esse trabalho: Como se configura a participação do idoso em espaços decisórios de Cachoeira?

Portanto, para esse estudo foram levantados referências bibliográficas e documentais através de artigos, livros, legislações sobre o tema a fim de tecer consideração a cerca do idoso na participação política partidária.

Segundo Gil (2008), uma pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A pesquisa documental são documentos que ainda pode sofrer alterações, ou seja,

não receberam ainda um tratamento analítico, podendo ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (documentos de arquivos, igrejas, sindicatos, instituições etc.)

Essa pesquisa é de natureza qualitativa. A abordagem da investigação qualitativa exige que se trabalhe com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo (BOGDAN E BIKLEN, p.49, 1994) Conforme o autor, essa coleta de informações devem ser abordadas no próprio local de estudo para que as informações sejam mais bem compreendidas, pois são observadas no seu próprio ambiente.

A pesquisa qualitativa não se atenta à importância numérica, mas sim ao valor que as pessoas dão às coisas e a sua vida. Na abordagem qualitativa o investigador se concentra em ver os diferentes significados que ações e eventos adquirem para diversas pessoas, suas referências, seus valores, sempre estando atento às intenções dos indivíduos ou indivíduo objeto da investigação. (BRESLER, p.16 2007)

Sendo assim, a técnica utilizada para essa pesquisa foi a entrevista semi-estruturada. A entrevista semi-estruturada foi uma das técnicas que mais se encaixou para a coleta de dados neste tipo de investigação a qual me propus a fazer.

Segundo Laville e Dione (1999) este tipo de entrevista consiste em perguntas abertas, feitas verbalmente, mediante ao roteiro organizado pelo investigador, no meio da entrevista será possível que acrescente perguntas esclarecedoras ou reformulá-las para assim atender às necessidades do entrevistado. Em alguns momentos é necessário que aja uma mudança na ordem das perguntas em razão de respostas já obtidas, ou em algum momento, é necessário acrescentar perguntas quando se requer um aprofundamento das respostas, uma das vantagens de se fazer uma entrevista semi-estruturada é você poder guiar o curso da entrevista, alcançando os objetivos da pesquisa.

Para a coleta de informações sobre o idoso na política, fizemos contato com a vereadora Angélica Sapucaia, 67 anos, moradora de Cachoeira-Ba. Informamos do que se tratava a pesquisa e se ela concordava em fazer parte desse trabalho.

O critério para a seleção da amostra se deu pela disponibilidade e a proximidade do pesquisador com o pesquisado e por ela ser a única idosa na

política da cidade. Assim, a entrevista foi agendada com antecedência, em dia e horário adequado e marcado pela própria entrevistada.

A coleta dos dados foi realizada no mês de abril de 2017 em Cachoeira-Ba na residência da Sra. Angélica Sapucaia. A entrevistada mostrou-se bastante receptiva e concordou prontamente em estar gravando a entrevista por um aparelho celular, ela demonstrou satisfação em poder estar colaborando com este trabalho e ao mesmo tempo, estar podendo falar um pouco da sua trajetória de vida no meio político. No final da entrevista perceberam-se as suas características como uma vereadora idosa e mulher, assim como sua história e vivências pessoais.

Torna-se válido destacar que o nome correspondente a entrevistada dessa pesquisa é verdadeiro, pois a mesma concordou que seu nome fosse usado nesse trabalho.

Dessa forma, constitui uma pesquisa de natureza básica em que gera conhecimentos úteis de interesse para sociedade em geral. Sendo o resultado dessa pesquisa devolvido pra comunidade de forma escrita através de um trabalho de conclusão de curso na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- Centro de Artes, Humanidades e Letras.

1. A PESSOA IDOSA: DEMOGRAFIA E PROTEÇÃO SOCIAL

Durante muito tempo a sociedade se depara com processos de modificações sociais em diferentes contextos históricos, criando novas necessidades e novas demandas sociais em diferentes fases da vida. Essas demandas podem corresponder a desafios destinados, principalmente para as pessoas idosas, dentre os quais, podemos citar: a insuficiência nas estruturas de cuidado intermediário e apoio qualificado a população envelhecida, sendo esses desafios longe de serem superados.

Dessa forma, na medida em que o tempo passa as demandas sociais aumentam, exigindo conseqüentemente que as pessoas acompanhem a esse processo social e tenham a capacidade de adaptação. Entretanto, nem sempre a população idosa é privilegiada pra essas capacidades, gerando muitas vezes diversos problemas sociais enfrentados por essa categoria.

Mendes et al. (2005) situa:

Envelhecer é um processo natural que caracteriza uma etapa da vida do homem e dá-se por mudanças físicas, psicológicas e sociais que acometem de forma particular cada indivíduo com sobrevida prolongada. É uma fase em que, ponderando sobre a própria existência, o indivíduo idoso conclui que alcançou muitos objetivos, mas também sofreu muitas perdas, das quais a saúde destaca-se como um dos aspectos mais afetados. (MENDES et al. 2005, p. 423)

O presente capítulo trata dos aspectos históricos, demográficos e políticos relativos ao envelhecimento que devem ser considerados quando se trata da participação política na via de garantir direitos.

1.1. Elementos históricos e políticos sobre o envelhecimento

Segundo a OMS - Organização Mundial de Saúde (2002), as pessoas que vivem nos países desenvolvidos, já podem ser consideradas idosas a partir dos 65

anos de idade e para os países subdesenvolvidos o limite é de 60 anos ou mais. (BRASIL, 2005)

Portanto, a faixa etária é considerada como um critério social, político e, sobretudo, econômico, para o reconhecimento dos direitos dos idosos e embora sejam concedidos, muitas vezes esses direitos são limitados, ou seja, esse parâmetro relacionado à idade serve para obter, modificar, ou também cessar os direitos das pessoas idosas. (FALEIROS, 2007)

Todavia, o envelhecer é mais uma etapa da vida, onde nascemos, crescemos, envelhecemos e morremos ser velho no passado era uma situação muito complexa, pois era preciso que o mesmo estivesse em boas condições de saúde, pois como as pessoas começavam a trabalhar muito cedo, a casar muito cedo e isso era desgastante para a saúde dos mesmos, somente uma minoria de idosos tinham condições de vida razoavelmente boa e com isso era fácil manter uma instabilidade de vida para cuidar de si.

Na antiguidade, os velhos recebiam honras, no período de Império Romano(27 a.C- 476 d.C), os mais velhos eram responsáveis pelos cuidados do lar, filhos e netos, em Atenas os netos recebiam o mesmo nome do avô, como sinal de respeito, na idade média (séculos V ao XV), os idosos eram totalmente excluídos da classe alta dos senhores feudais, pois os mesmos já não tinham a mesma vitalidade e força de quando jovens, na sociedade francesa mais precisamente no século XVII, havia uma baixa expectativa de vida e quando as pessoas completavam 50 anos de idade, eram excluídos da sociedade, mas isso só se aplicava aos pobres, pois os ricos permaneciam (DEBERT, 1999).

No século XVII, mais precisamente na Inglaterra, surgem os hospitais e asilos, esses espaços eram destinados para o acolhimento dos velhos abandonados, pobres e os doentes que precisavam de cuidados e foram esquecidos pela sociedade. No século XVIII na Europa, o idoso que não tivesse família construída ou não fosse do sacerdócio, era afastado da sociedade. Quando ocorreu a revolução Francesa (1789), surgiram limites no poder patriarcal. No século XIX, iniciasse o processo de industrialização, e vários avanços em diversas áreas, como a descoberta das vacinas e dos remédios o que colaborou para o progresso da medicina e com isso houve intermediações na saúde dos idosos da época, o que elevou ao aumento do envelhecimento populacional na sociedade. (DEBERT, 1999).

Uma das maiores barreiras que está ligada a velhice é a cultural que acaba limitando os idosos e não os valorizando, então para que possamos compreender a velhice como uma etapa da vida, é preciso analisar e relacionar os aspectos biológicos, cronológicos, psicológicos e sociais, é preciso que haja uma relação desses aspectos que estão relativamente ligadas as condições culturais no qual os idosos convivem, quando analisamos um idoso fica evidente as suas limitações, devido as transformações “físicas, psicológicas, sociais que estão explicitas, tem que haver uma relação desses aspectos que estão relativamente ligadas as condições culturais no qual as pessoas idosas convivem. (DEBERT,1999).

Beauvoir (1990) nos faz refletir sobre o envelhecimento na China, como os idosos de lá são valorizados se comparados com os do Brasil: “Toda a casa devia obediência ao homem mais idoso. Não havia contestação pratica de suas prerrogativas morais, pois a cultura intensiva que se pratica na China exige mais experiência do que força.” Para Beauvoir (1990), a velhice é uma particular de cada um, pois cada idoso tem a sua cultura de vida, vivencias cheias de importância em que cada um está inserido.

Na época contemporânea, início do século XXI, ao mesmo tempo em que a sociedade potencializa a longevidade, ela nega aos velhos o seu valor e sua importância social. Vive-se em uma sociedade de consumo na qual apenas o novo pode ser valorizado, caso contrário, não existem produção e acumulação de capital. Nesta realidade, o idoso passa a ser ultrapassado, descartado, ou seja, ficou velho já está fora de moda. E como o homem não vive nunca em seu estado natural; na sua velhice, como em qualquer idade, seu estatuto lhe é imposto pela sociedade que pertence logo é marginalizado e por sua fragilidade em diversos aspectos, inerentes a esta etapa da vida, absorve tantas consequências negativas. (BEAUVOIR, 1990, p. 121).

Beauvoir ressalta que mesmo com tantas conquistas que a população idosa vem atingindo nos últimos anos, através de um envelhecimento ativo e a constituição de um novo ator social, ainda assim é preciso que haja uma queda no preconceito por parte da população, que só exalta o “novo” e rebaixa o “velho”, é preciso se tenha um novo olhar sobre a população idosa e que esses idosos estejam atuantes na luta pelos seus direitos, lembrando que nem todo idoso tem embasamento suficiente para saber sobre quais os seus direitos e como estar

lutando por eles, por isso a sociedade deve reconhecer o idoso como um ser que ainda está ativo e útil, e não devem ser estigmatizados.

O Brasil está se tornando um país com uma população idosa significativa, segundo o IBGE em 2025 o Brasil será o sexto país com maior número de idosos, o IBGE relata que a população idosa totaliza cerca de 23,5 milhões dos brasileiros, ou seja, a cada ano que se passa há um aumento da longevidade dos idosos comparado aos anos anteriores, em 1991 contabilizou 10,7 milhões de idosos, de 2009 a 2011, se teve um aumento de 7,6 % que equivale, mais de 1,8 milhões de idosos, a dois anos atrás se tinham cerca de 21,7 milhões de idosos, desse modo podemos notar uma certa qualidade de vida, “mobilidade” e autonomia das pessoas idosas é notável, mas é preciso que haja acesso às informações de saúde preventiva entre outros para com essa população (IBGE, 2010).

Entretanto, não foram criados meios de garantias para a proteção social, e os direitos das pessoas idosas sem igual proporção ao crescimento desta população. Os idosos corresponderam cerca de um quarto da população mundial, que equivale ao total de 9,2 bilhões, a Organização Mundial de Saúde (OMS) caracteriza a pessoa idosa aquela que habita em países que estejam em desenvolvimento com 60 anos ou mais, e em países desenvolvidos com 65 anos ou acima disso (IBGE, 2010).

Estipula-se para 2050 uma perspectiva de vida dos idosos em países desenvolvidos que atingirá cerca de 87,5 anos para homens e 92,5 para mulheres, no ano de 1998 a expectativa era entre 70,6 e 78,4 anos. Já para os países que estão em desenvolvimento serão cerca de 82 anos para os homens e 86 para as mulheres, ou seja, 21 anos a mais do que a expectativa atual que é de 62,1 e 65,2. A decorrência disto ocorre devido à redução de taxas de mortalidade e fecundidade: “a transição da fecundidade no Brasil teve início em meados da década de 60, as taxas sofreram redução de 24.1% entre 1970 e 1980, e de 38.6% na década seguinte e a partir daí, 11.1% entre 1991 e 2000”. (BERQUÓ, 2006).

Com o aumento da velhice, notamos que a mulher vem transformando-se devido às mudanças sociais que teve início a partir da década de 1960, e sofreu mudanças devido ao mercado de trabalho, no âmbito do casamento e educacional. A fecundidade passa a constituir os direitos individuais, atualmente a mulher passa a ter metade dos filhos que a geração da sua antecessora, todo um conjunto voltado para a qualidade de vida dos idosos, como por exemplo, uma boa nutrição, vacinas entre outros. (PNAD, 2006).

O censo do IBGE de 1980 relata que a população brasileira era predominantemente marcada por jovens. Porém, essa é uma realidade que vem sendo alterada. No ano de 1996, eram 16 idosos para cada 100 crianças e em 2000, eram 30 idosos para cada 100 crianças. Berquó (1995) afirma que:

(...) trata-se de um momento favorável, dada a estrutura etária conformada pelo declínio rápido e sistemático da fecundidade, sem que tenha havido tempo ainda para que a população já fosse envelhecida. Este metabolismo demográfico leva a uma razão de dependência declinante até os 20 anos do próximo século, quando, então, esta passará a crescer pelo efeito do peso relativo da população idosa. (BERQUÓ, 1995 P. 125)

No Censo Demográfico de 1991, os idosos representavam cerca de 7,3% da população brasileira. Em 2000, eram cerca de 8,6% (55,1% de mulheres e 54,9% de homens), em 2006 era cerca de 10,2%. O crescimento anual da população, com mais de 65 anos de idade, é de 3,84%, a média da expectativa de vida do brasileiro hoje é de 71,9 anos (Pesquisa Tábua da Vida, IBGE, 2005) – um ano e quatro meses a mais do que em 2000.

Kalache (1987) sintetiza a importância do desafio econômico, da longevidade no Brasil, e que se analise a comparação do envelhecimento nos países que estão em desenvolvimento, comparado aos países desenvolvidos:

Os países desenvolvidos enriqueceram e depois envelheceram. Nós, como todos os países pobres, estamos envelhecendo antes de enriquecer. Eles tiveram recursos e tempo. A França levou 115 anos para dobrar de 7% para 14% a proporção de idosos na população. O Brasil vai fazer o mesmo em 19 anos. Uma geração. Eles levaram seis. (FELIX, 2007 pág. 02).

Em 1995, o governo brasileiro mostrou interesse sobre o desempenho da população e suas consequências para o desenvolvimento econômico, inicialmente para a realização do estudo e mapeamento das alterações da pirâmide populacional, entre outros. Foi criada a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, tendo como primeira presidente a demógrafa e professora Elza Berquó que já afirmava desde então que “ainda que minoritário, o crescimento da população idosa

requer adequação do aparato médico-hospitalar e recursos da seguridade social.(BERQUÓ, 1998, pág. 08)

Em 2006 o governo brasileiro aumenta o seu interesse e percepção sobre o envelhecer da população, e ver as necessidades “básicas” que essa população precisa para o seu bem estar e para a sua evolução demográfica. O Ministério da Educação constituiu uma Comissão Especial no Âmbito de Secretaria de Ensino Superior (SESU/ MEC), para que com isso fosse gerado interesse e incentivo sobre os estudos do envelhecimento, e que houvesse propostas de políticas para a formação e capacitação dos profissionais que obtivessem interesses para tratar da questão do envelhecer.

1.2. Política Nacional do Idoso (PNI), Política Nacional de Saúde do Idoso (PNSI) e Estatuto do Idoso

No Brasil implantação da política nacional direcionada a pessoa idosa, se constitui no ano de 1994, podendo ser considerada um marco recente na historia do país. Portanto, durante muito tempo a atenção ao idoso era desempenhada pelos seguimentos religiosos ou instituição filantrópica coma finalidade em promover ações de caridades para esse segmento da população (RODRIGUES, 2001).

Foi na primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, desencadeado pela Organização das Nações Unidas – ONU realizado em Viena - Austrália, que ficou acordado o plano de ação voltado para os aspectos do envelhecimento. Tendo como principal objetivo sensibilizar os estados e a sociedade civil para as questões relacionadas às políticas públicas para os idosos (SILVA, 2010).

Dessa forma, quando destacamos políticas públicas para os idosos, estamos, sobretudo, chamando atenção para que se tenha uma efetivação desses direitos sociais tais como: atendimentos das necessidades de saúde, incluído atenção domiciliar, criação de espaços de convívio com outras gerações, prioridade para atendimento às demandas relativas às diferentes políticas sociais, participação nas decisões políticas, entre outros.

Todavia, a implementação das políticas públicas, especialmente as direcionadas aos órgãos governamentais, organizações não governamentais

(ONG's) contribuíram para dar mais visibilidade a importância do envelhecimento, inclusive impulsionando determinações legais com a Política Nacional do Idoso (PNI) –Lei nº 8.842, aprovada em janeiro de 1994. (SILVA, 2010)

A PNI - Lei nº 8.842 (BRASIL, 1994) traz contribuições importantes para os direitos dos idosos. Assim, em seu art 3^a, são colocadas como princípios:

- I – a família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;
- II – o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;
- III – o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;
- IV – o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas por meio desta política;
- V – as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei. (BRASIL,1994)

Entretanto, diariamente observamos situações de violação desses direitos, como por exemplo, quando na maioria das vezes as pessoas consideram o idoso como inválidos ou improdutivos para a sociedade. Dessa forma, a população idosa acaba ficando isolada e excluída do convívio social. Sendo assim, precisamos ficar atentos a essas questões para que a Lei nº 8.842 seja concretizada efetivamente.

Também, torna-se importante fazer a interconexão entre a PNI e outras determinantes legais como: a Política Nacional de saúde do idoso (PNSI) e o estatuto do idoso. Para entender, sobretudo, as diferentes dimensões dessas políticas sociais no âmbito de proteção a saúde, a educação e a assistência social.

A Política Nacional de Saúde do Idoso-PNSI (Portaria GM/MS n. 01.395) consistem em diretrizes que norteiam as definições e redefinições de programas, projetos, planos e atividades para integrar uma maior atenção a população que esta em processo de envelhecimento (SILVA, 2010).

A saúde do idoso tornou-se prioridade, tendo em vista, principalmente do aumento de envelhecimento da população nos últimos anos. Assim, (ALCÂNTARA et al. 2016) a PNSI é estabelecida no ano de 1999, através da portaria (nº 1.395/99),

do qual determina que os órgãos vinculados ao Ministério da Saúde relacionado ao idoso, promovam projetos, ações e planos estabelecidos em suas diretrizes.

O PNS 2012-2015 estabelece como uma de suas diretrizes a garantia da atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, com estímulo ao envelhecimento ativo e ao fortalecimento das ações de promoção e prevenção da saúde do idoso, de modo a ampliar, sobretudo, o seu grau de autonomia e independência para o autocuidado – envolvendo familiares e comunidade. Ele prevê a adoção de um modelo que permita ampliar o acesso a uma atenção integral e propõe como um instrumento para a sua efetivação a implantação e a utilização da Caderneta de Saúde do Idoso, a ser fornecida à rede de serviços. (ALCÂNTARA et al. 2016, p.161)

Podemos perceber que a implementação da Política Nacional a Saúde do Idoso, precisam estar interligadas aos setores Intersetorial, fazendo com que os gestores do SUS estabeleçam articulações entre os serviços e busquem uma melhor intervenção nos aspectos relacionados à saúde da pessoa idosa.

Torna-se válido destacar que (SILVA, 2010) o conceito de saúde para o idoso esta muito mais direcionada pela sua condição de autonomia e independência do que relacionado à falta ou presença da doença orgânica. Portanto, a promoção da saúde para essa população esta, sobretudo, na necessidade em buscar uma melhor qualidade de atenção ao idoso.

No que se refere às medidas de proteção á pessoa idosa, em 2003 foi sancionada a Lei nº 10.741(BRASIL, 2003). Assim, o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741), além de incluir proteção aos direitos fundamentais das pessoas com 60 anos ou mais, essa lei também visa reforçar as diretrizes postas na Política Nacional do Idoso.

Nos Direitos Fundamentais do Idoso são disciplinados os direitos à vida, à liberdade, ao respeito e à dignidade, aos alimentos, à saúde, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, à profissionalização e ao trabalho, à previdência social e à assistência social, à habitação e ao transporte (SILVA, 2010 p. 32).

Diante desse contexto, podemos situar que em termo judiciais tanto a PNI- Política Nacional do Idoso quanto o Estatuto do Idoso, podem ser considerados como os principais meios legais dos quais protegem os direitos das pessoas idosas.

De acordo com o Art. 2º do Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003):

O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade (BRASIL, 2003).

Contudo, mesmo com todos esses processos e avanços no âmbito legislativo voltado para os direitos dos idosos através das políticas públicas para o envelhecimento. Podemos perceber que na maioria das vezes essas políticas não são efetivadas pelo estado, ficando assim a cargo da família a responsabilidade de cuidar do idoso.

Existem parâmetros para efetivação dos direitos das pessoas idosa que não são determinados na PNI como: promover e defender esses direitos, proteger a aplicação de normas para os idosos, determinar ações para evitar abusos e lesões desses direitos. Entretanto, essa política através da criação do sistema jurídico de garantias prevê ações governamentais e sendo essas ações direcionadas para o Estatuto do Idoso (ALCÂNTARA et al. 2016).

Assim, o Estatuto do Idoso surge, sobretudo, para garantir a efetivação das medidas de proteção e ações previstas na Política Nacional do Idoso, principalmente buscando em dar uma maior visibilidade e atenção a esse grupo social do qual esta em situação de vulnerabilidade.

Todavia, apesar de ainda ser alvo de muitas criticas por alguns segmentos sociais, o estatuto do idoso já pode ser considerado um avanço significativo no que se refere a proteção dos direitos dos idosos, tornando - se um grande mérito pra esse grupo social.

Em contra partida, as interpretações frente a essas políticas públicas no que tange o direito do idoso, tanto a PNI, a PNSI e o Estatuto do Idoso demonstram a fragilidade do Estado em assegurar e efetivar esses direitos, pois infelizmente ainda convivemos com o preconceito e descaso frente às demandas da pessoa idosa.

Essas políticas servem também como estratégia dos segmentos governamentais para amenizar e diminuir os problemas sociais direcionados aos idosos. Dessa forma, termos que ficar atentos a essas questões, pois acreditamos que a efetivação das políticas públicas implica, sobretudo, em uma maior participação do idoso na conquista de seus direitos fundamentais.

1.3. Demografia, visibilidade e participação em espaços decisórios

Em 1871 foi criada a Diretoria Geral de Estatística (DGE), e é a partir dele que podemos analisar o perfil da população da época do império (1822 a 1889), o Brasil tinha 9.930.478 habitantes, sendo que 5.123.869 eram do sexo masculino, que correspondia a 52% da população e 4.806.609 do sexo feminino que correspondia a 48% da população, segundo o censo da época, 38,3% da população eram pardos, 38,1% brancos e 19,7% negros, os índios tinham um total de 3,9%.

Mediante a faixa etária os dados nos mostra que 24,6% dos habitantes eram crianças menores de 10 anos de idade, 21,1% eram adolescentes e jovens entre 11 a 20 anos, 32,9% eram adultos entre 21 e 40 anos, 8,4% tinham entre 41 e 50 anos, 12,8% tinham entre 51 e 70 e 3,4% tinham mais de 71 anos de idade, dado os dados podemos observar que nessa época o censo não classificou as pessoas com mais de 60 anos como idosos e sim como adultos, 99,72% (9.902.712 habitantes) da população foi classificada como católica, e 0,28% (27.766 habitantes) não católicos, mas vale ressaltar que na mesma época existiam cerca de 383 mil índios que tinham suas concepções religiosas e ainda os escravos que foram considerados católicos, mas os mesmos tinham sua religião de matriz africana. Segundo o censo as profissões exercidas que predominavam na época era a de lavrador e serviços domésticos e havia acesso à escola. (IBGE, 1971).

Em 1950, existiam cerca de 2.259.429 milhões de idosos no Brasil (IBGE), mas desde o período colonial (1500 a 1822) que os idosos são atuantes na sociedade, e cada vez mais os idosos vem ganhando destaque na sociedade, isso acontece porque as políticas para os idosos vêm ganhando espaço, a qualidade de vida atual é razoavelmente boa, mas ainda faltam muitas coisas a ser conquistada, assim, a autonomia dos idosos estão mais perceptíveis, os idosos não vivem mais com o estigma de coitados, e isso faz com que eles se tornem cada vez mais interessados em desenvolver e seguir a carreira política, ou qualquer outra atividade

no setor público. Em 2025 o Brasil atingira a marca de 33.882.125 milhões de idosos entre 60 a 80 anos ou mais segundo os dados do IBGE.

Silva (2003) nos relata que este foi um período marcado por grandes homens na política e que historicamente a velhice chega ao ápice quando as sociedades começam a se organizar sobre como ampliar sua visão sobre a função dos velhos, que eram obtidas por usos e costumes em determinadas culturas, antigamente os mais velhos tinham um papel fundamental na educação dos mais jovens, tanto na educação religiosa, quanto na cultura, ou seja eram eles os grandes sábios da época e eram muito respeitados, tinham um poder intelectual quanto físico ou seja eram pessoas bastante lúcidas, vale ressaltar que os tratamentos aos idosos variavam de comunidade para comunidade (SILVA, 2003).

Isso nos faz refletir sobre a participação política do idoso nessa época, comparado com o nosso atual modelo de envelhecimento, onde temos uma grande participação do idoso nas políticas públicas, já no período do império notamos que a uma diferença de idade entre os representantes do governo, a maioria tinha uma idade razoavelmente boa entre 40 a 50 anos de idade, nesse momento o primeiro presidente idoso com mais de 60 anos de idade no Brasil foi Marechal Deodoro da Fonseca que assumiu o governo do Brasil com 62 anos de idade, comparado com a idade de outros representantes políticos, podemos notar que não era a idade que fazia o ser e sim o que ele tinha, abaixo segue tabela com respectivos nomes e idades dos presidentes da época, para que assim possamos analisar a faixa etária dos representantes nesse período (LEAL, 2012).

QUADRO 1. Presidentes do Brasil por idade na posse mandato e partido – 1889 a 1930 (República Velha)

Presidentes	Idade da posse	Mandato	Partido
Marechal Deodoro da Fonseca	62 anos	1889-1891	Militar
Marechal Floriano Peixoto	52 anos	1891 – 1894	Militar
Prudente de Moraes	53 anos	1894-1898	Partido Republicano

			Federal (PR)
Campos Sales	57 anos	1898-1902	Partido Republicano Paulista (PRP)
Rodrigues Alves	54 anos	1902-1906	Partido Republicano Paulista (PRP)
Affonso Penna	59 anos	1906-1909	Partido Republicano Mineiro
Nilo Peçanha	42 anos	1909-1910	Partido Republicano Fluminense
Marechal Hermes da Fonseca	55 anos	1910-1914	Partido Republicano Conservador (PRC)
Wenceslau Braz	46 anos	1914-1918	Partido Republicano Mineiro (PRM)
Delfim Moreira	50 anos	1918-1919	Partido Republicano Mineiro (PRM)
Epitácio Pessoa	54 anos	1919-1922	Partido Republicano Mineiro (PRM)
Artur Bernardes	47 anos	1922-1926	Partido Republicano Mineiro (PRM)
Washington Luís	57 anos	1926-1930	Partido Republicano Paulista (PRP)

Júlio Prestes	Não chegou a assumir, se tomasse posse, ele estaria com 48 anos.	Não assumiu	Partido Republicano Paulista
Getúlio Vargas	47 anos	1930-1945	Aliança Liberal (AL)

Fonte: <http://presidentes-do-brasil.info/> Este quadro produção original deste estudo

No quadro acima se pode notar os períodos de tempo de governo de cada presidente do Brasil. Notamos também que nessa época havia muitos representantes adultos jovens na política, e apenas um idoso durante esse período, que foi o presidente Marechal Deodoro com 62 anos de idade, o que nos leva a refletir sobre qual o marco cronológico para ser um idoso e o que tal marco pode representar em termos de credibilidade e experiência para ocupar um cargo público de tal magnitude como a presidência de um país.

Segundo Simões (1998), “a Organização Mundial de Saúde – OMS (1999/2000) expõe que idosos são indivíduos entre 60 e 74 anos”, e segundo o Estatuto do Idoso é a pessoa com mais de 60 anos é considerada idosa. Seguindo o quadro acima vemos que as maiorias dos presidentes da época tinham menos de 60 anos, isso porque de acordo a subjetividade humana, oriundas de percepções ou vivencias de cada um, pois podemos notar que mesmo a pessoa sendo pensam e agem como velhos, como há velhos que agem e pensam com jovens, segundo Costa cada individuo tem um modo de desenvolvimento no campo mental (COSTA, 1998). Com o passar dos anos houve um avanço significativo na participação de políticos com mais de 60 de idade. Ao falarmos de questões relacionadas à vida pública e à velhice notamos que aquela pessoa idosa e estagnada no tempo é rara de se ver, pois os velhos de hoje em dia tem um elemento muito forte, atualmente as pessoas idosas estão mais ativas e capazes de desenvolver muito bem suas funções na esfera política, e desenvolvendo novas formas de sociabilidade (DEBERT, 1999).

Após o governo ditatorial de 1930 a1945, surgem outros perfis no governo brasileiro. O quadro de governantes “novos” é alterado e identificam-se governantes

mais velhos, abaixo segue tabela com os respectivos nomes e idades dos presidentes do ano de 1945 a 2017.

QUADRO 2. Presidentes do Brasil por idade na posse mandato e partido -1945 a 2017

Presidentes	Idade da posse	Mandato	Partido
José Linhares	59 anos	1945-1946	Era juiz e integrante do Stf
Marechal Eurico Gaspar Dutra	61 anos	1946-1951	Partido Social Democrático (PSD)
Getúlio Vargas	69 anos	1951 – 1954-2º mandato	Partido Social Democrático (PSD)
Café Filho	55 anos	1954-1955	Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)
Carlos Luz	61 anos	1955-1955	Partido Social Democrático (PSD)
Nereu Ramos	67 anos	1955-1956	Partido Social Democrático (PSD)
Juscelino Kubitschek	54 anos	1956-1961	PSD
Jânio Quadros	44 anos	1961-1961	Partido Trabalhista Nacional (PTN)
Ranieri Mazzilli	51 anos	1961 a 1961	PSD
João Goulart	43 anos	1961 a 1964	Partido Trabalhista Brasileiro
Ranieri Mazzilli	53 anos	1964 a 1964- 2º	PSD
Castelo Branco	64 anos	1964 a 1967	Aliança Renovadora Nacional (ARENA)
Costa e Silva	65 anos	1967 a 1969	Aliança Renovadora Nacional (ARENA)

Garrastazu Medici	64 anos	1969 a 1974	Aliança Renovadora Nacional (ARENA)
Ernesto Geisel	66 anos	1974 a 1979	Aliança Renovadora Nacional (ARENA)
João Figueiredo	61 anos	1979 a 1985	Partido Democrático Social (PDS)
Tancredo Neves	75 anos	1985- não assumiu	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)
José Sarney	55 anos	1985 – 1990	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)
Fernando Collor	40 anos	1990 – 1992	Partido de Reconstrução Nacional (PRN)
Itamar Franco	61 anos	1992 – 1995	Partido de Reconstrução Nacional (PRN)
Fernando Henrique Cardoso	64 anos	1995 – 2003	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).
Luiz Inácio Lula da Silva	58 anos	2003-2011	Partido dos Trabalhadores (PT)
Dilma Roussef	63 anos	2011-2016	Partido dos Trabalhadores (PT)
Michel Temer	75 anos	2016-2018	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)

Fonte: <http://presidentes-do-brasil.info/> Este quadro produção original deste estudo

Quando fazemos um estudo da população idosa na participação política, podemos partir dos seguintes questionamentos, qual o marco cronológico do sujeito para estar concorrendo ao cargo eletivo como, por exemplo, o de vereador, prefeito, e presidente, ou seja, segundo RESOLUÇÃO Nº 21.608, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2004 do TSE (Tribunal Regional Eleitoral), Art. 9º, paragrafo VI – a idade mínima de vinte e um anos para prefeito e vice-prefeito e 18 anos para vereador e presidente 35 anos de idade, ou seja, o cidadão pode ingressar na política jovem e nela permanecer até a velhice ou ingressar na política já na velhice, já que a Resolução Eleitoral não estabelece idade máxima para estar em cargo eletivo.

No quadro acima podemos notar que houve um grande aumento do idoso no cenário político, notamos também que foi um período marcado por alguns líderes políticos considerados jovens, dentre eles tivemos Fernando Collor que assumiu a presidência do Brasil aos 40 anos de idade, da década de 90 pra cá, não houve mais representantes políticos tão “jovens” assumindo a presidência do Brasil.

É importante ressaltar que quando o idoso começa a ser considerado um sujeito capaz, que desempenha suas atividades e estar apto a encarar novos papéis sejam políticos ou não, percebemos que a sociedade começa a ter outra visão sobre a velhice, pois o idoso que antes era estigmatizado como inútil por estar velho e não servir mais passa a ser um novo agente social, o olhar que havia sobre os idosos como uma população dependente de tudo, passa-se a ter um novo olhar sobre uma população ativa e atuante na sociedade (CAMARANO, 2004, p.257).

Após o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff que além de mulher era idosa, assume o cargo de chefe do executivo o vice- presidente e atual presidente Michel Temer 75 anos de idade do partido do PMDB, o presidente mais idoso em toda a história do Brasil. O governo de Temer passa por um processo de crise econômica, política e de legitimidade popular, o que tem deixado o Brasil muito exausto e em situação de polarização de debates e posições. As chamadas redes sociais expressam tal situação através de várias manifestações que além do cenário do cenário da crise e das posições políticas aponta para a figura de Michel Temer de modo preconceituoso no que se refere a sua idade e ao seu casamento por sua

esposa ser bem mais jovem. São vários memes² ofensivos nas redes sociais direcionados a condição do idoso.

Entende-se aqui que a posição crítica em relação aos governos deve ser livre e no caso do governo Michel Temer que promove desmontes dos direitos sociais, inclusive em relação a pessoa idosa, precisa ser firme na defesa dos direitos postos na Constituição, entretanto é preciso que haja uma cautela pois se é legítimo questionar o seu posicionamento político e as formas de ascensão ao poder, não é legítimo personificar a crítica sua condição de idoso pois isso desrespeita o conjunto de idosos do país e sua luta por visibilidade e respeito.

² **MEME** é algo que se tornou um fenômeno na internet. Geralmente são fotos, desenhos, canções ou vídeos que se popularizam de forma muito rápida e praticamente se tornam celebridades na rede mundial de computadores. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/meme/> Acesso: 19.06.2017

2. CONTEXTO HISTÓRICO DA ESTRUTURA POLÍTICA PARTIDÁRIA BRASILEIRA

Esse capítulo tem como objetivo trazer alguns dados e conceitos sobre a estrutura política no Brasil, sobretudo para entender como se configura a velhice no âmbito político. Portanto, será remetido a um breve contexto histórico do qual fazemos uma análise a partir de referências bibliográficas e documentais através de artigos, livros e legislações sobre o tema. Assim, o foco principal desta pesquisa está em analisar a participação do idoso na política partidária, principalmente entender como se constitui a estruturação desse espaço e representação política do idoso em cargos de poder público desde os tempos de colônia até aos dias atuais. Contudo, para não ficar uma leitura cansativa e repetitiva, esse estudo será feito apenas para conhecimento prévio, sendo alguns conceitos analisados no decorrer do trabalho.

Segundo Orides Mezzaroba (2004) os partidos políticos começam a surgir na Europa, quando Isabel ainda era rainha, entre 1558 a 1603, na Inglaterra, antes os partidos eram tidos apenas como espaços propícios a aglomeração, somente no século XVII, que os partidos foram devidamente oficializados, Orides Mezzaroba afirma:

Entre os séculos XIII e XIX, do final do período medieval até a formação dos Estados constitucionais da Europa, as questões políticas acerca de certos temas polêmicos, como Soberania, legitimidade, legalidade e sucessão no trono, foram paulatinamente conquistando espaço nos salões e nas cortes, determinando novas formas de embate político, até chegar a um “acordo acerca de determinadas regras de enfrentamentos já que na maioria dos casos os agrupamentos adversários só tinham os seus interesses” reconhecidos a partir de meras concessões do soberano. A idéia que se tinha era que tudo o que o soberano fazia em favor dos súditos não seria obrigação, mas simples decorrência de sua magnitude e generosidade. Nesse quadro começa a nascer nova mentalidade que busca elevar os súditos a condição de cidadãos, convertendo-os em detentores de direitos inalienáveis frente ao soberano. A vontade do governante passaria, então, a ser determinada pelo conteúdo da lei, não mais pelo seu livre-arbítrio (MEZZAROBA, 2004, p.45).

Segundo algumas pesquisas os partidos surgiram após o ano de 1680, para Soares (1973), historicamente os partidos eram totalmente desprezados pelas instituições, e os partidos não tinham lugar na democracia. Os partidos começam a se articular a partir do século XVII, e teve como incentivador duas forças políticas inglesas, o Partido Conservador que teve como representante Marechal Hermes com 55 anos de idade, no ano de 1910 a 1914, e o Partido Liberal que teve como representante do governo Getúlio Vargas com 47 anos de idade, no ano de 1930 a 1945, logo após os partidos se juntam ao partido trabalhista no começo do século XX, o qual depois passa a ter caráter socialista em 1918.(SOARES, 1973)

Os primeiros partidos eram de caráter modernista e com tradição burguesa das sociedades industrializadas do Ocidente, os segundos são de caráter exterior, vindos de grupos sociais que vão além do sistema político, como associações, sindicatos, partidos estes que nascem para irem de contra ao sistema. (DUVERGER, 1970).

Segundo Gomes (2008), o partido político surgiu como uma instituição organizada, nos Estados modernos, agregando o sistema representativo da democracia, atuando como uma ferramenta de atuação para conceder o direito de todos, também tido como direitos fundamentais e garantias individuais e coletivas.

Sendo assim, dar-se a importância em termos os partidos políticos no Estado, pois eles são o ponto de partida para que aja o equilíbrio no poder público, a ponto de estar defendendo a igualdade social a cerca da estrutura política a qual está submetida., ou seja os partidos políticos são como uma estrutura de organização. Também se torna válido ressaltar a importância dos partidos políticos para a sociedade, pois são os partidos políticos que exercem o papel de mecanismo de comunicação entre a sociedade e o Estado.

O reconhecimento dos partidos políticos no cenário internacional deu-se através de um trilhar de um fenômeno político pós Segunda Guerra, onde as nações estavam entendendo a relevância dos partidos políticos como pedra de contrapeso para o estabelecimento de uma ordem democrática. No Brasil os reflexos desse fenômeno apresentaram-se como temor de que algum grupo político alcançasse o poder e instaurasse um sistema de partido único, por isso, a fim de evitar tal risco, foi reconhecido a legitimidade dos partidos políticos. (COELHO, 2008, p. 200)

Os partidos fazem o papel de mediador para expressar o interesse da sociedade, até mesmo estar organizando a disputa dos seus candidatos, ou seja o partido mantém a estabilidade democrática, mas para que tudo isso estivesse em ação foi necessário que ocorresse a legitimidade dos partidos, para que não gerassem conflitos políticos por parte dos próprios partidos. Os partidos são destinados a cumprir com a democracia, função de extrema importância, eles são responsáveis a mostrar ao eleitorado quais as opções políticas e o desenvolvimento da função Constitucional.

Considerando as características apontadas, do ponto de vista atual os partidos do Império não seriam reconhecidos como verdadeiros partidos políticos. No entanto, tal consideração seria anacrônica, pois os moldes do sistema partidário atual só surgiram no século XX. Luzias e saquaremas eram encarados como grupos partidários pelos contemporâneos e influenciaram a política da época, empolgando alguns setores da opinião pública com suas idéias. Sua doutrina e sua atuação afetaram o Estado, influenciando nas decisões e nas políticas adotadas durante o Império. (MOTTA, 1999, p. 36).

No início da década de 60, teve a existência de treze partidos políticos, e somente alguns deles tiveram destaque como o PTB (Partido Trabalhista Nacional), que nessa época teve mesmo por pouco tempo o presidente Jânio Quadros um jovem com 44 anos de idade que assumiu o governo no período de 1961-1961, governo esse que durou apenas sete meses de mandato, PSD (Partido Social Democrático) e UDN (União Democrática Nacional), esses partidos eram reconhecidos como partidos que usavam a artificialidade, “e as disputas eleitorais eram decididas a partir da maquina estatal e de práticas clientelistas” (JONES, 1995).

O período que sucede logo após o ano de 1961 houve a diminuição da quantidade de partidos através da Lei nº4740, de 15 de julho de 1965, que teve com espelho as leis anteriores, desta forma só ficariam os partidos que tivessem no mínimo de doze deputados federais, que ocupassem no mínimo, de sete estados. Segundo as eleições de 1962, a expectativa de doze deputados só foi almejada por apenas cinco partidos, nesse mesmo período tínhamos como presidente da república Juscelino Kubitschek que tinha 54 anos quando assumiu o cargo político no período de 1956-1964, ou seja, ficamos sem representantes idosos nessa época,

sendo revertido no ano 1964 com a entrada de Castelo Branco que assumiu com 64 anos a presidência do Brasil, e com isso ele abre a inserção e participação do idoso na política pública (JONES, 1995).

Nicolau (2004) ressalta que para que possamos compreender como o instituto é regulamentado na Constituição de 1988, é preciso que aja um resgate da evolução político-partidária do Brasil analisando todas as Constituições brasileiras, ressaltando que as duas primeiras Constituições, a de 1824 e a de 1891, não passaram pelos partidos políticos, como se vê atualmente.

Contudo, no próximo item abordaremos brevemente como se configura o contexto da política partidária no Brasil no período da colônia até a república. Assim, fazendo uma análise da faixa etária dos principais governantes durante esse período.

2.1. Da colônia a república

No período de 1500 a 1822, o Brasil era colônia de Portugal, ou seja, o Brasil tinha uma política submissa ao governo de Portugal. Nessa época os municípios tinham uma concentração de poder muito grande. Eram os municípios que criavam as leis, eram responsáveis pelos julgamentos de criminosos, faziam a partilha de terras para moradores novos e recolhiam uma parte dos impostos. Nesse período havia somente dois grupos políticos:

Um que defendia a manutenção da dependência a Portugal e outro, que pregava a independência, mas que era dividido em três facções: a) a que pregava a República; b) a que pregava a Monarquia; c) a que defendia uma semi-independência, ficando o Brasil ligado a Portugal, mas não como colônia." Nesse período o que se pode notar foram as, formações de grupos subdivididos, sem que houvesse a constituição dos partidos políticos (SOARES, 1973, p 102).

No Brasil colônia (1500 a 1822), foi um período marcado pela mão de obra escrava, o que levou a contribuir para o surgimento de uma sociedade patriarcal altamente marcada pelo autoritarismo dos donos de terras (LEAL, 2012).

O modelo europeu da cultura passada pelos jesuítas era um modelo que correspondia às exigências que eram necessárias para a sociedade que nascia, mas vale ressaltar que esse era o modelo que a minoria dominante considerava bom era uma sociedade latifundiária, escravocrata e aristocrática e a economia era voltada para a agricultura e rudimentar, a população não precisava ter estudo e nem de muitos para governar, mas sim de uma população submissa, nesse período apenas uma educação humanística era aceita, ou seja, ela se dizia ser neutra (LEITE, 1965).

Nessa mesma época, existiam apenas eleições para câmaras e conselhos, era um período onde as eleições eram muito rígidas. De acordo com Ferreira (2001), em 23 de janeiro de 1532 foi realizada a primeira eleição no Brasil, para assim estar elegendo o Conselho da Vila de São Vicente em São Paulo que foi umas das primeiras vilas fundadas pelos portugueses no Brasil, está foi uma época que todos poderiam votar sem exceção de ninguém, mas ressaltando que apenas os homens tidos como homens bons podiam eleger-se.

Em 1821, passa-se a ter um novo modelo de eleição no Brasil, eram as eleições realizadas para que houvesse deputados que representassem o Brasil nas Cortes de Lisboa. Após essa fase, mais precisamente em 1889, o militar Marechal Deodoro da Fonseca um idoso de 62 anos, assumiu a presidência do Brasil, ele foi o primeiro a governar o Brasil, após o seu mandato que durou até 1891, ficamos um bom período sem representantes idosos no comando do governo, de 1922 por diante foi um período que se congelou em presidentes de até 59 anos de idade, como podemos analisar na tabela abaixo, mesmo em uma época onde havia a predominância de senhores fazendeiros homens de grande poder e idosos, essa época era rara a participação dos idosos na política (SOARES, 1973).

Nessa época historicamente os partidos políticos eram desprezados tanto teoricamente como na prática das instituições, atualmente os partidos políticos crescem no corpo das constituições, ou seja, eles passam a ser instituições oficiais, que recebem financiamentos do governo e passam a ser órgãos do poder estatal. Existem os partidos conservadores que almejam objetivos dentro da própria organização política, e existem os de caráter revolucionário, que se unem para que aja a mudança da política existente. O partido político é uma organização política, voltada para que os membros desenvolvam ações conjuntas para a conquista e prática do poder (SOUZA, 1983).

Na metade do século de 1822, os poderes dos municípios se concentravam nas mãos dos senhores de terras, na época era usado até o artifício de capangas com armas em punho, para que assim fossem feitas as vontades dos fazendeiros no município (PRADO, 2008).

Em 1822 o Brasil deixa de colônia e torna-se um país independente, ou seja, com o fim do período imperial, o Brasil passa a ser governado por presidentes que o próprio povo elegia. Com as leis republicanas os municípios voltam a ter autonomia, ou seja, o governo central não mais interferia na administração do município.

Desta maneira, o que existia no Brasil eram grupos formados por alguns homens, e a administração do país era feita por certa política de governadores, ou seja, o governo era tido como forças hegemônicas de cada estado, nesse momento todas as organizações políticas surgiram e desapareceram de acordo com as situações que surgiam nessa mesma época nem a legislação tinha ligação com os partidos (FAORO, 2001).

O fato do ocorrido parte de que na época os partidos provocaram a derrubada do trono e isso foi um fator que elevou a instabilidade para o governo, neste momento todas as organizações políticas surgiam e desapareciam de acordo com as situações, nessa mesma época nem a legislação tinha ligação com os partidos. (SOARES, 1973)

Quando ocorreu a independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822 a legislação eleitoral passa por uma revisão, contudo não se obteve grandes avanços, ressaltando que na primeira Constituição do Brasil, de 1824, “determinava eleições indiretas em dois graus instituiu o voto censitário (pecuniário) e a comissão de verificação dos poderes” (PORTO, 2002).

Nesse período as eleições eram acompanhadas por um juiz que era responsável por todos os procedimentos eleitorais, e como as eleições eram realizadas nas igrejas os padres ficavam com a responsabilidade de reunir o povo para estar votando, ressaltando que as eleições para as câmaras iam de encontro com as ordens Filipinas até o ano de 1828 e a Constituição de 1824 ficava responsável apenas pelas eleições dos deputados e senadores.

No ano de 1828 a lei do Regimento das Câmaras Municipais do Império passou a presidir as eleições das câmaras. O regulamento da lei da câmara estipulava que: “que as câmaras fossem compostas por 7 a 9 membros, as eleições se realizariam de 4 em 4 anos e a eleição seria um processo único”. Nesse período

os escravos, os que não tinham renda líquida anual de cem mil réis e as mulheres, foram lhes tirado o direito ao voto (PORTO, 2002).

Em suma o período imperial (1822 a 1889) foi marcado por uma representação mínima das instituições políticas da época, e que não eram considerados como partidos políticos. (SOARES, 1973)

O Brasil foi um país governado por imperadores, como D. Pedro I que assumiu o trono no ano de 1822 com 22 anos de idade até 1831, nove anos depois sendo mais preciso no dia 23 de julho de 1840 assumi o cargo como imperador D. Pedro II, com apenas 15 anos de idade e permanece até 1889, esse foi um período marcado por um governo muito jovem, que propiciou a dissociação da câmara e foram convocadas novas eleições, eleições estas que resultou em um governo de fraudes e vícios, onde a própria legislação ficou incapacitada de conter as irregularidades, ressaltando que os deputados destituídos não recuaram e continuaram se esforçando para que pudessem se reeleger, tudo isso por conta dos vícios que eram postos ao processo eleitoral, a própria câmara que foi eleita em 1840 foi desfeita (FERREIRA, 2001).

Nessa época houve uma grande concentração de poder por parte dos imperadores, isso fez com que, as províncias (que atualmente são os estados) e os municípios perdessem a autonomia (SOARES, 1973). Segundo Ferreira (2001) perante vários fatos ocorridos, foi necessário realizar um adiantamento da legislação eleitoral.

Em 1842 o decreto 157 criou o alistamento prévio feito, em cada paróquia por meio de uma comissão composta pelo juiz de paz pelo subdelegado de polícia e pelo padre. O decreto 842 de 1855, que foi titulado como Lei dos Círculos, que constituiu que o voto fosse por meios de círculos eleitorais e distritos, o decreto fez com que o império se dividisse em distritos com base na quantidade dos seus deputados à Assembleia Geral, por exemplo: *a Província de São Paulo, elegia nove deputados; logo, seria dividida em nove distritos eleitorais, de populações iguais, tanto quanto possível* (FERREIRA, 2001).

No período da proclamação da República, o exército era tido como uma estrutura política, e intervia no estado sempre que fosse necessário. Em 1889 a 1930 datas onde ocorreu a primeira república, essa época fez com que as instituições políticas existentes, fossem anuladas, com exceção ao partido republicano, o fato levou a esse acontecimento, era que na época os partidos

provocaram a derrubada do trono e isso era um fator de instabilidade para o governo (PADRO JR, 2008).

2.2. Após 1964 até os dias atuais

Em 1875 foi criado o decreto 2.675 titulado como Lei do Terço, esse nome foi dado devido a época em que “o eleitor votava em dois terços do número total dos que deveriam ser eleitos”, nessa mesma época foi incluído o título do eleitor, pois antes não havia nenhum documento que comprovasse o período eleitoral, foi incluído também a participação da justiça no processo eleitoral.

Ainda nessa época (PORTO, 2002) período que ocorreu a proclamação da independência, a população do Brasil já buscava alcançar as eleições diretas, mediante a essa situação, o imperador não teve outra saída, e nomeou o liberal baiano José Antônio Saraiva para que o mesmo pudesse propor uma reforma na legislação, isso se deu através do Decreto 3.029, de janeiro de 1881, e ficou conhecido como Lei Saraiva ou Lei do Censo, a legislação instituiu as eleições diretas criando o alistamento permanente, e com ele surgiram algumas exigências como idade acima de 25 para pessoas que fossem solteiras, acima de 21 anos para oficiais militares e pessoas casadas, e quaisquer idade para pessoas bacharéis formados e clérigos de ordem sacra.

A Lei Saraiva também fez com que fossem excluídas as cerimônias religiosas que eram realizadas no dia da eleição, a lei foi muito ovacionada por ter gerado bastante esperança aos seus defensores. (PORTO, 2002)

Após a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, a legislação passa novamente por uma revisão, o que resultou na exclusão do *censo pecuniário ou voto censitário e a instituição do sufrágio universal*. (FERREIRA, 2001)

Ainda nesse período tínhamos como chefe do Governo Provisório, Marechal Deodoro da Fonseca 62 anos militar que iniciou seu governo no ano de 1889 a 1891, ele assinou na época a primeira lei eleitoral da República, o Decreto 200-A, onde se dispunha algumas regras para ser eleitor, umas delas eram que todos os cidadãos brasileiros de origem que estivessem regulamentados dos seus direitos civis e políticos e soubessem ler e escrever para terem direito a votar, os que fossem

menores de 21 anos eram excluídos do direito ao voto, com exceção aos que fossem casados, oficiais, bacharéis e sacerdotes. (FERREIRA, 2001)

Entretanto, entre 1800 a 1920, eram raras a participação do idoso na política havia idades aproximadas aos 60, mais com mais de 60 anos de idade não era muito visto, esse quadro vem a mudar a partir da década de 40, quando mais pessoas idosas assumem cargos políticos. (RAMOS, 2001)

Segundo a Organização das Nações Unidas, os anos de 1975 a 2025 corresponderão à “Era do Envelhecimento”, na década de 70 tivemos grandes representantes idosos no comando do governo do Brasil, tais como Costa e Silva, Castelo Branco, entre outros.

Ser idoso no passado era viver pouco, pois muitos vinham a óbito por consequência de várias doenças como o câncer e diabetes, pois era precária só acesso aos médicos, e ainda não havia o avanço da medicina. Os idosos eram estigmatizados como improdutivos após chegar à velhice, não havia leis que os beneficiassem como o Estatuto do idoso ou políticas públicas voltadas aos idosos.

Somente a partir da década de 80 que o Estado começa a dar ênfase sobre a questão da velhice para o mundo. O grande aumento da população idosa no Brasil ocasionou grande interesse por parte do Estado democrático, pois quanto maior fosse o tempo de vida dos idosos, existiria um considerável número de eleitores, isso nos faz refletir sobre a Constituição de 1988 no Brasil (RAMOS, 2001).

Ramos (2001) enfatiza que a velhice já existia quando dada a Constituição de 1988: “temática a merecer ações responsáveis direcionadas a assegurar os direitos fundamentais das pessoas pertencentes a essa faixa etária”.

Atualmente temos como presidente em exercício Michel Temer que assumiu em 2016 com 75 anos de idade, isso nos leva a refletir sobre o envelhecer, se a pessoa quando se torna “velho”, o que ele traz com a velhice a incapacidade de desenvolver suas funções? Ou ele ainda é apto para o desenvolvimento das suas atividades, nas políticas públicas, por exemplo, os idosos que foram escolhidos para o desenvolvimento de tais funções foram escolhidos por causa da sua idade por levar o peso da experiência, ou só por ela transparecer experiência, pois sabemos que há muitos idosos na política sendo deputados, senadores e ministros e se formos olhar por essa perspectiva é uma quantidade razoavelmente boa se comparado ao parlamento jovem.

Depois de termos analisados como surgem os partidos políticos, e todo o contexto histórico da política partidária no Brasil. Iremos relatar um pouco sobre a faixa etária da população dessa época.

2.3. Contexto sócio – histórico da política de Cachoeira – BA.

Cachoeira é um município com 180 anos de elevação política a categoria de cidade, ela respira e vive política desde o seu surgimento no século XVI século este que esteve marcado pelo surgimento dos engenhos de cana de açúcar no Recôncavo, o seu desenvolvimento iniciasse a partir da metade do século XVII (FRANCISCO MELLO, p. 19 2001).

Cachoeira era uma vila habitada pelos nativos, ou seja, que eram os povos tupinambás, logo depois Cachoeira visitada e acaba sendo habitada pelo fidalgo português Paulo Dias Adorno que permaneceu na cidade após ter feito acordos com o cacique tupinambá, para que pudesse povoar na terra, Paulo Dias era um fidalgo português que veio para o Brasil acompanhando a expedição de Martin Afonso de Souza que veio de Portugal para o Brasil em 1531, e chegou à Bahia em 1532, Martin Afonso seguiu viagem para São Vicente acompanhado de alguns jesuítas, já Paulo Dias resolve permanecer na Bahia e com isso ele ficou responsável pela recepção de boas vindas a Tomé de Souza em 1549. Paulo Dias era um homem muito influente e que possuía recursos financeiros, ele recebia e hospedava muitos fildagos portugueses que vieram acompanhando a caravana de Tomé de Souza que foi o 1º Governador Geral do Brasil (FRANCISCO MELLO, p. 19- 20 2001).

Com a chegada de Tomé de Souza vieram os catequistas jesuítas que tinham como chefe o Padre Manuel da Nóbrega, que foi um grande mentor da colonização, pois ele quem articulava a participação das tribos que estavam revoltadas com os brancos que haviam chegado a suas terras. Depois da volta de Tomé de Souza para Portugal, Dom Duarte da Costa passa a assumir o seu lugar, no ano de 1553, e torna-se o 2º Governador Geral do Brasil. (FRANCISCO MELLO, p. 20, 2001).

Logo depois se torna donatário da Capitania de Peraçu, Paraguaçu ou Recôncavo Baiano D.Álvaro da Costa, que era filho de D. Duarte da Costa, após ter

tomado posse da Capitania, D. Álvaro começa a fazer as partilhas das sesmarias de terras por parte de sua Capitania para vários fildagos portugueses, e, entre eles, estava Paulo Dias Adorno que ficou com a parte da sesmaria que contemplava a região ribeirinha do rio Paraguaçu. (FRANCISCO MELHO, p. 21, 2001).

Por ser um homem católico Paulo Dias decide então construir uma ermida em louvor a N. Sra.do Rosário, ele optou por um outeiro que não ficasse distante da sua fazenda e assim deu início a construção da primeira igreja do povoado que foi chamada Igreja de N. Sra do Rosário do Porto da Cachoeira, que, logo depois levou o nome de Igreja de N.Sra.da Ajuda. Presumisse que em 1532 Paulo Dias teria aproximadamente 30 anos de idade, quando ele recebeu a sesmaria em 1561, ele tinha 55 anos aproximadamente, e quando foi construída a Ermida no ano de 1595 ou 1606 ele estaria com aproximadamente com 91 ou 102 anos, Paulo Dias Adorno foi quem construiu a primeira Ermida da Cachoeira. Cachoeira era tida como freguesia por volta de 1674 e em 1698 alcança a categoria de vila. (FRANCISCO MELLO, p. 24/25, 2001).

Após fazermos uma breve introdução do contexto histórico, ou seja, o surgimento da cidade da Cachoeira, como ela começou de a se organizar socialmente e politicamente, quem foram os primeiros habitantes, e fundador da cidade, a passagem de vários representantes políticos na cidade que eram oriundos de Portugal, seus colonizadores que abrilhantaram a história política de Cachoeira, iremos ver agora nomes da vasta representatividade política da Cachoeira no passado, no período imperial tínhamos:

- Manoel Vieira Tosta (Marquês de Muritiba) foi Deputado na Câmara do Império no ano de 1838.
- Inocêncio Rocha Galvão foi Deputado Da Assembléia Provincial no ano de 1848.
- Manoel Galdino de Assis foi Deputado da Assembléia Provincial no ano de 1869.
- Francisco Prisco de Souza Paraíso foi deputado da Assembléia Provincial no ano de de 1870 e em 1878.
- Antônio Moniz Barreto de Aragão foi Deputado da Assembléia Provincial no ano de 1876.

- Miguel Calmon Aragão Bulcão foi Deputado da Assembléia Provincial no ano de 1879.
- Aristides Augusto Milton foi Deputado da Assembléia Provincial no ano de 1886.

(FRANCISCO MELLO, p.118)

Não obtivemos resultados sobre a questão de idade e origem destes governantes, mas pelas datas presumisse que eles tinham uma idade aproximada aos 60 anos de idade.

Período Republicano

- Francisco Prisco de Souza Paraíso foi Deputado Federal no ano de 1889 e Senador no ano de 1896.
- Aristides Augusto Milton foi Deputado Federal no ano de 1889 até 1908.
- Manoel Ulbaldino do Nascimento de Assis foi Deputado Estadual em 3 legislaturas e Deputado Federal no ano de 1909 até 1928.
- Virgílio Cezar Martins Reis foi deputado Estadual no ano de 1912.
- Ernesto Simões da Silva Freitas Filho foi Deputado Federal no ano de 1924.
- Alberto Moreira Rabelo foi Deputado Estadual no ano de 1925.
- João Pacheco de Oliveira foi Deputado Federal no ano de 1927 a 1934 e depois foi Senador no ano de 1934.
- Manoel Paulo Telles de Matos Filho foi Deputado Federal no ano de 1934.
- Humberto Pacheco de Miranda foi deputado Estadual no ano de 1935.
- Aristides Milton da Silveira foi Deputado Federal no ano de 1946 e Deputado Estadual no de 1856.
- Augusto Público Pereira foi deputado Estadual no ano de 1942 a 1953 e Deputado no ano de 1958.
- Carlos Aníbal Correia foi Deputado Estadual no ano de 1946 a 1954.
- Edwaldo Brandão Correia foi Deputado Estadual em 4 legislaturas no ano de 1946 a 1968.
- Raimundo Rocha Pires foi Deputado Estadual em 4 legislaturas no ano de 1967 a 1982 e Suplente em 1983.

Com a lista acima podemos ver que Cachoeira foi um berço de grandes políticos tanto na época do período Imperial quanto no período Republicano, períodos estes de grande importância para política, e para a representatividade do idoso no cenário político por se tratar de cargos importantes era necessários que os representantes tivessem um certo amadurecimento de ideias e experiências para o desenvolvimento de tal cargo, agora podemos notar que neste cenário político a presença da mulher era zero, apesar de termos grandes nomes de mulheres envolvidas em movimentos a favor do município, era inexistente a presença feminina nesse cenário político.

2.4 Velhice e participação política em Cachoeira – BA.

O Brasil vem tendo um aumento significativo da população idosa e os mesmos vêm se deparando com vários problemas, o que ressalta a falta de comprometimento de uma sociedade e de um estado que não oferecem uma vida estável aos seus idosos, que são muitos Paschoal (1996). Ele ainda afirma que:

Assim, viver cada vez mais tem implicações importantes para a qualidade de vida; a longevidade pode ser um problema, com consequências sérias nas diferentes dimensões da vida humana, física, psíquica e social. Esses anos vividos a mais podem ser de anos de sofrimentos para os indivíduos e seus familiares que, anos marcado por doenças declínio funcional, aumento da dependência, perda da autonomia, isolamento social e depressão. No entanto, se os indivíduos envelhecerem mantendo-se autônomos e Independentes a sobrevivência poderá ser plena de significados (PASCHOAL, 1996 p. 56).

Segundo o IBGE no seu último censo em 2010 o estado da Bahia tem cerca de 14.016.96 milhões de habitantes, o estado obteve um crescimento de 7% no período de 10 anos. E de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (PNAD) do IBGE, no ano de 2004 os idosos chegavam a marca de 1,28 milhão de pessoas o que representava cerca de 9% do total da população baiana,

no ano de 2010 os idosos alcançaram cerca de 10% da população na Bahia, o que resulta em um aumento de 1 % em seis anos. Segundo o censo de 2010 Cachoeira-Ba tem 3.311 mil habitantes idosos, e novamente podemos notar a predominância feminina na velhice, abaixo segue tabelada faixa etária da população idosa da cidade.

TABELA 3. Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade Cachoeira -BA

Mais de 100 anos	1	0,0%	0,0%	11
95 a 99 anos	16	0,0%	0,1%	34
90 a 94 anos	33	0,1%	0,2%	72
85 a 89 anos	66	0,2%	0,3%	105
80 a 84 anos	99	0,3%	0,6%	188
75 a 79 anos	169	0,5%	0,9%	276
70 a 74 anos	247	0,8%	1,1%	361
65 a 69 anos	305	1,0%	1,3%	402
60 a 64 anos	414	1,3%	1,7%	556
55 a 59 anos	525	1,6%	2,0%	631
50 a 54 anos	703	2,2%	2,4%	783
45 a 49 anos	778	2,4%	2,8%	882

40 a 44 anos	937	2,9%	3,2%	1.016
35 a 39 anos	1.119	3,5%	3,4%	1.104
30 a 34 anos	1.338	4,2%	4,2%	1.346
25 a 29 anos	1.509	4,7%	4,9%	1.575
20 a 24 anos	1.509	4,7%	5,1%	1.632
15 a 19 anos	1.608	5,0%	5,2%	1.668
10 a 14 anos	1.612	5,0%	4,9%	1.561
5 a 9 anos	1.367	4,3%	4,0%	1.287
0 a 4 anos	1.098	3,4%	3,4%	1.083
		Homens Mulheres		

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Notamos que Cachoeira tem uma quantidade significativa de idosos cerca de 3.311 que equivale a 10,34%, para uma cidade com uma população de 32 mil habitantes que equivale a 89,66%, a maioria dos idosos residentes são aposentados, ou desenvolvem alguma atividade, também podemos notar que são poucos os idosos atuantes no cenário político do município, portanto é preciso rever essas ideias, para que haja mais inserção do idoso em cargos públicos, e que haja políticas públicas para a população idosa que tanto cresce e se depara com as desigualdades sociais. (IBGE, 2010).

Mediante alguns estudos os idosos vêm quebrando barreiras e ocupando espaços mais amplos na sociedade, como o uso da internet, e a política. (FALEIROS, 2007).

Segundo Simões (2007), o idoso está cada vez mais ocupando lugares importantes na política do Brasil, da Bahia e de Cachoeira, mas ainda é preciso que

ajam muito mais inserções do idoso nos cargos de poder público, é preciso que aja um rompimento do preconceito, pois o envelhecimento da população está muito mais presente no cotidiano de todos nós, muita coisa vem colaborando para que isso aconteça como a redução da taxa de natalidade e o aumento da expectativa de vida, as políticas de atendimento, entre outros, a adoração ao jovem e ao novo terá que saber dividir os espaços no cenário político com os idosos.

O idoso vem ocupando cada vez mais papéis na sociedade no âmbito político, se comparamos o idoso de hoje com os dos períodos anteriores, onde os velhos eram negligenciados em certas situações, ou estigmatizados como cuidador de filhos e netos, hoje notamos grandes avanços relacionados a velhice, e um deles é o idoso como participante ativo das políticas públicas e políticas partidárias (BEAUVOIR, 1990).

3.0 A PESQUISA EMPIRICA – MUDAR O TÍTULO: TRAJETÓRIAS DE PARTICIPAÇÃO NA VEREANCIA DE CACHOEIRA – O CASO DE FULANA DE TAL.

Nos últimos anos, como representante idoso na política do município de Cachoeira-Ba, podemos citar apenas dois nomes: a vereadora Iolanda e também a vereadora Angélica Sapucaia que já tem 31 anos na política. Ambas, foram as únicas idosas de 1990 até os dias atuais em cargos políticos de Cachoeira. Entretanto, para essa pesquisa será analisada apenas a trajetória da Sra. Angélica Sapucaia da Silva, atual vereadora do município.

A vereadora Angélica Sapucaia da Silva é uma senhora de 67 anos de idade, nasceu na cidade de Cachoeira que fica localizada no recôncavo da Bahia. Considerada com a raça/cor parda e de classe social média. Atualmente casada e com dois filhos. Possui ensino superior em administração e contabilidade, porém antes de ser vereadora exercia a profissão de professora, a escolha da vereadora Angélica Sapucaia como componente desde trabalho se deu, por ela ter ingressado muito jovem na política partidária, e por ter envelhecido na política, ou seja, são mais de 30 anos atuando na política, a única idosa viva e atuante na política do município de Cachoeira-Ba.

Em seguida, apenas para nível de conhecimento fizemos tabela dividida por períodos com os nomes dos prefeitos e vereadores de 1989 até os dias atuais do município de Cachoeira- Ba.

QUADRO 4. Administração Municipal de 1989 a 1992

Prefeito: Salustiano Coelho de Araújo	
Câmara de Vereadores	
Ademir de Oliveira Passos – Presidente da câmara	Angélica Sapucaia da Silva – Vice – Presidente
Vladimir de Oliveira Alem – 1º Secretario	Carlos Alberto dos Santos
Gilberto Franco Evangelista – 2º Secretario	Edson Mota Bispo
Natanael Veloso Soares	Hudson Souza Torres
Yolanda Pereira Gomes	Luciano Ferreira Bispo
Wilson Souza de Lago	Lourival Alves Santos
Augusto Leciague Regis Neto	

Fonte:Francisco Mello/ este quadro produção original deste estudo

QUADRO 5. Administração Municipal de 1993 a 1996

Prefeito: Raimundo Bastos Leite	
Câmara de Vereadores	
Natanael Veloso Soares- Presidente	Alberto Rangel Souza
Karsom Luiz Barbosa Lins – 1º Secretario	José Luiz A. Bernardo
José de Assis dos Santos – 2º Secretario	Wilson Souza do Lago
Tânia Maria Chaves da Silva – Vice-Presidente	Antônio Carlos C. da Silva Pereira
Angélica Sapucaia da Silva	Almir Lima dos Santos
Lourival Alves dos Santos	Luciano Ferreira Bispo

Fonte:Francisco Mello/ este quadro produção original deste estudo.

QUADRO 6. Administração Municipal de 1997 a 2000

Prefeito : José Fernandes Maciel Lima	
Câmara de Vereadores	
Natanael Freitas Matos	José Carlos Matos Silva

Robson Azevedo dos Santos	José Luiz Anunciação Bernardo
Wilson Souza do Lago	José Nelio Garcia Santos
Angélica Sapucaia da Silva	Juscelino dias Santos
Carlos Alberto Fraga Lobo	Lourival Alves dos Santos
Luciano Ferreira Bispo	Inocência de Jesus

Fonte:Francisco Mello/ este quadro produção original deste estudo.

QUADRO 7. Administração Municipal de 2001 a 2004

Prefeito : Raimundo Leite	
Câmara de Vereadores	
Natanael Veloso Soares – Presidente	Paulo Cesar Reis Leite
João Carlos Pereira Gomes – 1º Secretário	Wilson Souza do Lago
Júlio Cesar Costa Sampaio – 2º Secretário	Tânia Maria Chaves da Silva
Angélica Sapucaia da Silva – Vice-Presidente	Antônio Carlos C. Pinto
Aldinjo Andrade santos	Gilson Agrário N. de Oliveira
Manoel Freitas Matos	Fernando Antônio da Silva Pereira
Matias Ferreira Salomão	

Fonte:Francisco Mello/ este quadro produção original deste estudo.

QUADRO 8. Administração Municipal de 2005 a 2008

Prefeito : Fernando Antônio da Silva Pereira	
Câmara de Vereadores	
Júlio Cesar Costa Sampaio – Presidente	Wilson Souza do Lago

Ediramir Clementino dos Santos – 1º Secretário	Raimundo Santos Praxedes
Angélica Sapucaia da Silva – 2º Secretária	Jaldemir Carlos dos Santos Silva
Eduardo Cesar Dias Macedo- Vice-Presidente	Carlos Alberto Fraga Lobo
Paulo Cesar Reis Leite	

Fonte:Francisco Mello/ este quadro produção original deste estudo.

QUADRO 9. Administração Municipal 2009 a 2012

Prefeito: Fernando Antônio da Silva Pereira	
Câmara de Vereadores	
Angélica Sapucaia da Silva – Presidente	Maria Lucia Costa Santos
Júlio Cesar Costa Sampaio – 1º Secretário	Gevaldo Simões Santos Sobrinho
Carlos Menezes Pereira	Wendel Chaves da Silva
José Carlos Matos da Silva – 2º Secretário	Luiz Carlos Freitas Monteiro
Eliana Gonzaga de Jesus- Vice- presidente	

Fonte:Francisco Mello/ este quadro produção original deste estudo.

QUADRO 10. Administração Municipal de 2013 a 2016

Prefeito : Carlos Menezes Pereira	
Câmara de Vereadores	
Cristiano Alves dos Santos	Júlio Cesar da Costa Sampaio – 2º Secretário
Wendel Chaves da Silva	Maria Lúcia Costa Santos – Vice-Presidente
Eliana Gonzaga de Jesus – 1º Secretária	Adriana dos Santos Silva
Angélica Sapucaia da Silva-67 anos de idade	Antônio Joaquim de Freitas Filho
Paulo Cezar Reis Leite	Florisvaldo da Conceição de Jesus
Carlos Caetano de Oliveira	José Carlos Matos Silva – Presidente
Carlos Raimundo de Jesus Cardoso	

Fonte:Francisco Mello/ este quadro produção original deste estudo.

Não foi encontrado nenhum registro sobre a idade dos vereadores e diante da falta de tais registros, procurei levantar informações já no primeiro encontro com a vereadora Angélica Sapucaia sobre a faixa etária dos políticos de Cachoeira, que forneceu a informação que durante todos esses períodos não houve vereadores (a) idosos, ou seja, com mais de 60 anos de idade, além da mesma e de dona Yolanda Gomes. Procurei também debruçar sobre uma pequena pesquisa popular para enfatizar mais ainda os dados cedidos pela Sra. Angélica, do qual podemos notar que em todos os períodos a representação feminina é relativamente pequena em cargos de poder público na cidade de Cachoeira.

3.1 Aspectos éticos

Foi respeitada pelo pesquisador a autoria das fontes pesquisadas, referenciando sempre autores citados nos textos, previsto na lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 sobre direitos autorais (BRASIL, 1998).

Para realização das entrevistas em campo foi feita copia com termo de consentimento livre e esclarecido autenticadas como compromisso ao sigilo das informações colhidas. Assim, pelas normas éticas estabelecidas foram respeitadas no que se refere a preservar pela legitimidade das informações sendo estas, apenas utilizadas para o conhecimento e construção dessa pesquisa e de inteira responsabilidade do pesquisador.

3.2 A trajetória na política partidária da vereadora Angélica Sapucaia

3.2.1 Política

Filiada com o partido PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro, seu salário como vereadora chega a 6.000 reais, além do seu benefício da aposentadoria. Conheceu a política partidária através de outros candidatos para vereadores.

Um dia eu achei que tinha que trabalha pra mim, não só para os outros, porque, além disso, a gente faz, mas de retorno você não encontra nada e você trabalhando pra você, você sabe o que esta fazendo. (sic)

No ano de 1990 entrou para o ramo da política e com 39 anos foi eleita vereadora (não lembra a quantidade de votos) na cidade de Cachoeira, do qual exerce a função até nos dias atuais, totalizando 8 mandatos seguidos.

Questionamos qual era seu propósito na política, obtivemos a seguinte resposta: *entrei na política com o propósito de ajudar o povo, melhorar a nossa comunidade, trabalhar em busca de melhorar a nossa idade. (sic)*

Contudo, até o presente momento não foram realizados nenhum projeto direcionado a população idosa.

3.2.2 Questões de gênero: a mulher idosa

A vereadora Angélica sapucaia uma mulher idosa, pode ser considerada como referência de resistência marcada por constantes lutas em uma sociedade tão excludente e machista, primeiro por ser mulher e segundo por ser idosa.

Dessa forma, a Sra. Angélica afirmou que diante da sua experiência na política, a pessoa idosa é respeita, principalmente pelo trabalho que desenvolve nesse ramo considerando importante a inserção do idoso nessa categoria: *Eu acho bom, sabe por quê? Porque essas pessoas idosas é que tem as coisas melhores pra oferecer, porque nem sempre os jovens hoje tem nada pra oferecer a ninguém, porque os jovens hoje estão jogados nas drogas , não pensam no melhor entendeu, e as pessoas idosas não. (sic)*

Notamos que atualmente os idosos estão se tornando protagonistas de suas vidas, eles deixam de ocupar lugares secundários na sociedade e ganham espaços no mercado de trabalho, grupos de convivência, entre outras atividades, ou seja, são pessoas capazes sim de desenvolver seu papel de autonomia perante a sociedade, para assim estar exercitando a cidadania (JUSTO et. al 2010, p.39-53).

Diante disso, a Sra. Angélica informou que não sofre nenhum preconceito no seu trabalho por ser idosa e que as pessoas confiam no seu trabalho mesmo antes de ser vereadora.

Em contra partida, nesse contexto ela afirma que o fato de ser mulher gera muito preconceito, pois acredita que os homens ainda não sabem lidar com a posição da mulher nos cargos políticos. Mesmo assim, considera a participação feminina como essencial nos cargos políticos para diminuir os preconceitos.

Ser uma mulher na política é uma coisa maravilhosa, porque sabemos que a mulher hoje é desvalorizada através dos homens, pois os homens são machistas e que acha que só eles têm o direito de participar da política, mas as mulheres estão ocupando seus lugares dando continuidade a seus trabalhos e possuindo trabalhos melhor até do que os homens. (sic)

O Brasil teve uma mulher como representante do cargo máximo da República, mas ainda assim a participação feminina brasileira nas esferas do poder ainda é baixa, segundo a União Interparlamentar que avalia a participação da mulher na política. Em 1995 foi promulgada a Lei Eleitoral 9.100 que decretava que 20% dos postos na política deveriam ser ocupados por mulheres, no ano de 1997 a Lei é alterada para que no mínimo 30% dos cargos deveriam ser ocupados por mulheres.

A luta para que as mulheres ocupassem cargos na política é antiga, começou no período Imperial no ano de 1880, quando Isabel de Matos Dullon convocou na justiça a Lei Saraiva (que permitia aos detentores de títulos científicos votar), para assim ter seu alistamento eleitoral. Logo depois, vieram várias lutas isoladas para que as mulheres tivessem direito ao voto, então no ano de 1894 em São Paulo foi promulgado o direito das mulheres ao voto, mas em 1895 a medida foi derrubada. No ano de 1905, apenas três mulheres conseguiram o direito ao voto.

Contudo aos poucos, as mulheres foram conquistando cargos políticos, que antigamente só eram ocupados exclusivamente por uma população masculina.

Diante desse contexto, Cachoeira - BA por ser considerado um município com vários índices de abandono de idosos e também de vários casos de violência contra a mulher questionamos sobre o que se tem feito em relação a isso. Contudo a vereadora mostrou-se resistente em sua resposta, afirmando que não tem muito o que fazer, pois existem legislação como a Lei Maria da Penha que não são efetivadas adequadamente e portanto os homens ainda continuam batendo nas mulheres. Quanto o abandono da população idosa, ela situou:

Eu acho que a gente pode melhorar, fazendo o melhor pelas pessoas idosas, porque as pessoas idosas precisam cada vez mais de apoio de aconchego porque tão ai as pessoas idosas abandonadas ninguém liga pra eles ou elas, seja como for e a gente acho que tem que tomar uma posição e fazer o melhor por esse povo. (sic)

Um dos meios para que os idosos tenham um desenvolvimento social, político e principalmente a sua inserção nos espaços sociais é a sua participação em grupos de convivência e até mesmo nas universidades que se fale mais sobre a inclusão dos idosos, pois quando isso é vivido e transmitido para os idosos, a velhice pode ser vivida de uma maneira mais ativa e gratificante. Contudo ainda existem idosos, que passam por essa etapa de vida a margem do convívio social e não são conhecedores dos seus direitos ou como adquiri-los, a maioria dos idosos recebem benefícios advindos das políticas públicas e aposentadorias, na maioria das vezes este valor se torna a sua principal fonte de renda para o seu sustento e muitas vezes o da sua família. (JUSTO et. al 2010, p.39-53).

3.2.3 Projetos, planos e expectativa na política para a população idosa de Cachoeira.

Como fiscalizadora dos recursos do município de Cachoeira, a vereadora Angélica Sapucaia acha que as políticas públicas ainda não estão sendo aplicadas corretamente. Principalmente, diante da crise política e econômica em que o país atualmente se encontra, tendo impacto negativo nos projetos dos vereadores que ainda estão em andamento.

A vereadora Angélica Sapucaia, participou da comissão na câmara dos vereadores, sobretudo nas questões direcionadas a educação. Assim, ela acredita na transparência do trabalho desenvolvido na câmara, mas também acredita que precisam melhorar em muitas coisas, pois segundo a mesma, os vereadores precisam de apoio do governador e do prefeito da cidade para que os procedimentos debatidos na câmara sejam efetivados.

Dentre os seus projetos realizados no município, a vereadora informou que trabalhou em prós da comunidade de São Francisco, do qual impulsionou a

construção da estrada asfaltada que antes não tinha, além de contribuir na saúde e educação do município de Cachoeira. Atualmente os principais projetos desenvolvidos no município de cachoeira estão voltados para a educação, à saúde e na segurança pública.

Com relação às questões sobre o envelhecimento, a vereadora Angélica sapucaia, afirmou que até então não participou de nenhum fórum, discussões ou eventos que trata das questões da pessoa idosa.

Referindo as políticas públicas voltadas à população idosa como saúde, educação e lazer, afirma que o município precisa melhorar muito nessas questões, pois até então não acredita no funcionamento dessas políticas em Cachoeira. Assim como também não há uma preocupação da prefeitura no desenvolvimento da qualidade de vida da mulher do município.

No que tange o trabalho do legislativo e do executivo, a Sra. Angélica acredita que o primeiro faz seu papel que é fiscalizar e correr atrás do que é melhor para o povo, contudo o segundo não trabalha corretamente e só trás decepção.

Quando questionada o que mais a incomoda em relação aos colegas de trabalho, não obtivemos respostas. Mas deixou evidente que na maioria das vezes prefere desenvolver projetos sozinha. Dessa forma, mostrou-se desmotivada com o trabalho desenvolvida na atual prefeitura de Cachoeira e preferiu não responder sobre sua expectativa para esse atual governo do município.

3.2.4 Envelhecer

A Sra. Angélica relatou que o processo de transição para o envelhecimento tem sido tranquilo, pois acredita que a sua idade não interfere no bom trabalho que tem desenvolvido. Segundo a mesma, a velhice não impede ninguém de trabalhar, mas que daqui a alguns anos não pretende mais se envolver na política.

Devido ao aumento da taxa da população idosa, e com relação a sua autonomia, conceito de qualidade de vida, Maria Bandeira (2005) ressalta que:

[...] a concretização/realização das expectativas positivas estabelecidas pelo indivíduo para a sua vida. Mas, para que essas expectativas sejam concretizadas, é necessário que ele encontre

uma estrutura social pautada em políticas sociais abrangentes e condições econômicas que lhe permitam sobreviver com dignidade e acesso a lazer, saúde e cultura. É essa a organização de sociedade que deve ser oferecida aos nossos jovens, adultos e idosos, para que possam ter realmente uma vida com qualidade (BANDEIRA, 2005 p. 59)

Dado isso, é importante compreendermos que para termos um envelhecimento saudável e bem sucedido, é preciso que aja uma atuação presente por parte do governo, em ações que colaborem para a efetivação de políticas públicas e que elas possam suprir as necessidades que a população idosa necessita, em todo o seu processo de envelhecimento, bem como o seu bem estar, a valorização da sociedade, o reconhecimento a este contingente populacional.

A vereadora mostrou-se sensível as questões do envelhecimento, compreendendo a relevância destes tanto para Cachoeira quanto para sociedade de forma geral:

A importância do idoso na sociedade é a gente saber conservar a cada vez mais esses idosos e fazer o melhor por ele e da aquilo que eles merecem. Só que Cachoeira não tem essa qualidade, falta muita coisa para os velhos, aqui em Cachoeira só temos a casa dos velhos, e poderia ter outros órgãos melhor pra receber esses velhos essas as pessoas idosas e você ver que não tem nada disso.
(sic)

Entendemos que em alguns casos os “velhos” não são valorizados pela família e chega a uma determinada etapa da vida o abandono consequentemente por parte dos filhos ou de algum parente, por acharem que os idosos são um peso de vida. Isso gera uma série de consequências um deles o idoso se sente menosprezado e inútil, por outra gera um acúmulo dos idosos em casas de repouso, casas essas que em muitas vezes sofrem com a precariedade das contribuições das esferas públicas, a falta de atenção básica que esses espaços necessitam para melhor servir esses idosos que vivem nos abrigos. (PEREZ, 2000, v.16).

Perez (2000), ainda ressalta que o Brasil é um país marcado pelo envelhecimento populacional, e atualmente por esse público estar muito ativo, se

nota a sua importância na sociedade pelo fato de ter um peso político eleitoral, e assim estar dando destaque a sua importância social.

Partindo deste entendimento, de acordo com JUSTO et. al (2010, p.39-53) , após o aumento da população idosa na pirâmide populacional. foi um dos fatores para que se tivesse uma visibilidade social da velhice, além do aspecto demográfico, a etapa do envelhecimento ainda é cheia de complexos , como questões associadas ao previdenciário, sistema de saúde , familiar, educacional, sociocultural, entre outros.

Mediante disso, o envelhecimento deve ser visto em seus diversos aspectos e particularidades, não se fechando apenas a questão de se ter 60 ou mais de 60 anos de idade, e nem as suas mudanças físicas, que se são adquiridas com o passar dos anos o que é natural da vida.

Podemos constatar que o passar da idade é um caminho de diferenciação, a velhice não é homogênea por isso fica impossível unificar um período tão amplo, que vai dos 60 aos 100 anos ou mais, contudo há uma diversidade de fatores que mediam e determinam essas diferenças como: “gênero, classe social, saúde, educação, fatores de personalidade, história passada e contexto sócio-histórico”, como ressalta a autora Neri (2001 p. 45).

Muitos idosos classificam a velhice como a melhor etapa da sua vida, estes são uma parte dos idosos que optaram por ter uma velhice mais ativa, retificando que isso é uma opção de vida, como foi o caso da Sra. Angélica Sapucaia que optou em ter uma vida ativa, não deixando de trabalhar mesmo após ter se aposentado, ela continuou desenvolvendo suas atividades e funções com todo vigor.

Segundo o portal de envelhecimento o termo “ativo” refere-se:

A palavra “ativo” refere-se à participação contínua nas questões sociais, econômicas, culturais, espirituais e civis, e não somente à capacidade de estar fisicamente ativo ou de fazer parte da força de trabalho. As pessoas mais velhas que se aposentam e aquelas que apresentam alguma doença ou vivem com alguma necessidade especial podem continuar a contribuir ativamente para seus familiares, companheiros, comunidades.

Retificando que o que foi dito logo acima, não se resume a uma boa parte da população idosa na sociedade brasileira, ou seja, após o seu processo de envelhecimento que pode ser considerado um avanço, mas ainda assim gera

preocupações, pois muitos idosos não mantêm uma vida ativa saudável por diversos fatores, como ter que estar trabalhando na velhice para complemento da renda familiar e não por gostar de estar desenvolvendo alguma função por vontade própria, muitos idosos sofrem marginalização, abandono e preconceito. (SCORTEGAGNA, 2004, p.25-29)

Dado isso, é importante salientar a crescente preocupação com alguns sujeitos da sociedade, com relação à população idosa, após analisarmos esses sujeitos, notamos que as Políticas Públicas de Atenção ao Idoso (Política Previdenciária, Política Nacional do Idoso e Estatuto do Idoso), e os seus benefícios de uma maneira geral, atualmente ainda não conseguiram atingir a eficácia a que se propuseram.

Então para finalizar essa pesquisa, pedimos que a vereadora resumisse em poucas palavras quem é a vereadora Angélica Sapucaia:

Angélica é uma pessoa muito querida, é uma pessoa que vem lutando com o povo, é uma pessoa que todo mundo gosta e eu trato todo mundo bem pra ser tratada bem e eu fico grata por isso, agradeço muito a Deus pelo povo saber me receber e me valorizar com idosa, mulher e política. (sic)

E para a população de Cachoeira ela deixou uma mensagem: *Quero deixar pra o meu povo Cachoeirano que Angélica ta aqui servindo a eles na política ou fora da política. (sic)*

O combate ao estigma contra a pessoa idosa tem o objetivo de estabelecer meios para que a população idosa esteja se desenvolvendo culturalmente e socialmente “A velhice, como etapa do ciclo de vida, sujeita-se a limites e possibilidades como qualquer outro estágio, exigindo políticas sociais específicas com o objetivo de integrar o idoso ao meio social” (MORANDINI, 2004, p. 299).

Esta na etapa do envelhecimento não se trata necessariamente da perda da vitabilidade ou força, entendemos que o significado de velhice corresponde a uma etapa de enriquecimento de um processo biológico, que transpassa pela descoberta da diversidade de qualidades ou pelo aperfeiçoamento de outras que já existem como: “como a das qualidades superiores da mente (razão, discernimento, compreensão, inteligência pragmática, sabedoria. (DEBERTE, 1994, p. 31-48).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho proporcionou um estudo preliminar que colaborou para a ampliação do conhecimento sobre a temática da pessoa idosa inserida na política partidária, ou seja, a velhice em si e o seu dinamismo no meio político, abordamos as políticas públicas de atenção aos idosos, partindo de alguns conceitos centrais, bem como o surgimento dos partidos políticos.

No século XXI, a sociedade ainda tinha uma visão estigmatizada, em relação à população idosa, sem falar que apenas senhores ricos e de poder eram inseridos na política partidária, isso sem falar da luta das mulheres pela garantia de direito ao voto, atualmente as mulheres ainda continuam sendo minoria nas bancadas do parlamento. Em luta a esta situação vale retratar a importância das manifestações de protestos e até mesmo as organizações por parte da sociedade, vários acontecimentos proporcionaram as conquistas e ampliação de direitos a população idosa a partir da década de 70, como exemplo tivemos os movimentos sociais dos aposentados e pensionistas, que foram a luta por maior ampliação, garantias de direitos e visibilidade aos idosos.

Após análise da vida pública de uma mulher que inicia sua vida na política ainda muito jovem e acaba envelhecendo na política, atualmente ela ainda se encontra na política atuando com vereadora aos 67 anos de idade, onde foi realizada com a mesma uma entrevista para aprofundar o conhecimento no assunto, entrevista essa que nos fez refletir o que esse idoso que está inserido nos espaços de decisão, fazem pela população idosa, em relação a garantia de direitos e benefícios específicos destinados a população idosa, sabemos que ainda falta muito para que os idosos tenham seus direitos garantido, e com isso fica a minha indagação do que é feito pelo presidente do Brasil um idoso, o presidente mais idoso que já tivemos em toda a história da presidência, o que é feito por uma vereadora com mais de 30 anos de vida política nesses espaços decisórios para benefícios da população idosa, infelizmente nada, foi essa a conclusão que tive após a realização desse trabalho, podemos notar que ambos sendo idosos e pessoas com cargos de poder, não fazem nenhum projeto voltado a população idosa do nosso país e município.

Os idosos buscam e desejam permanecer ativos e independentes se o apoio adequado lhes for proporcionado. É preciso que haja um incentivo às pessoas idosas, pois muitos idosos estão vulneráveis a incapacidade a partir das suas próprias mentes, é preciso que no campo de inserção seja realizada ações multiprofissionais, oferecendo a autoestima dos idosos, a qualidade de vida na velhice trata-se de uma sociedade em transformação e muitos direitos ainda precisam ser alcançados. (NERI, 2004, p.21-22)

Desta forma a temática da velhice nos faz refletir que as cidades precisam se preparar para atender essa população, notamos que historicamente houveram varias formas e maneiras de inclusão e exclusão também da população para com os idosos em diversas épocas e sociedades, sendo que os deveres e direitos a eles destinados, eram decididos pelos valores de cada cultura, desde quando a sociedade se organizou, o papel exercido pelos idosos diferenciava-se entre o respeito e o desprezo, o poder e o abandono, atualmente com uma sociedade avançada e modernizada, com isso surge outra visão a cerca a população idosa, o idoso em si pode e deve ocupar o espaço que ele desejar estar.

Com a elaboração deste trabalho pude ter uma visão ampliada sobre a inserção do idoso na participação política na cidade da Cachoeira, e com isso ressalvamos toda a trajetória política da Cachoeira, que foi guiada por grandes idosos ativos politicamente, e que lutaram sempre em pró de uma sociedade igualitária no seu município, elevamos também a Constituição Federal de 1988, pois representa um marco histórico para a garantia de direitos da população idosa.

Com a construção desse trabalho pude notar que muita coisa que surge na mídia reflete também na vida das pessoas idosas de tal modo que acaba mudando totalmente o seu modo de pensar e agir, então é importante que eles possam ver e ouvir programações saudáveis pude perceber que atualmente os idosos estão vivendo e se valorizando mais, eles estão ganhando incentivos para que se tornem mais participativos em quaisquer atividade que optarem em fazer, seja na vida política ou não, mas isso lhes geram relacionamento social e aprendizagem, a maioria dos idosos atualmente sabem que tem capacidade de estarem mais ativos por participarem de grupos de terceira idade, por ainda estarem no mercado de trabalho, desde que esse trabalho seja de livre espontânea vontade e não de origem exploratória.

No decorrer da construção deste trabalho obtive algumas dificuldades como o material para realizar a pesquisa, como achar um idoso na política na cidade da Cachoeira, por isso a importância da abordagem do idoso nos espaços de decisão, pois poucos foram os avanços que tivemos em nosso país, por isso a importância de se esta realizando mais pesquisas como estas para conscientizar a sociedade o quanto é importante incentivar os idosos em suas decisões sejam elas quais forem para que assim possamos compreender a importância do idoso na sociedade num todo, e nos conscientizar que ele pode ocupar o espaço que desejar que ele quiser, pois o processo de envelhecimento não está taxado a apenas um ser e um lugar, o envelhecimento é mundial e inevitável.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, A. de O; CAMARANO, A. A; GIACOMIN K. C. **Política nacional do idoso** : velhas e novas questões - Rio de Janeiro : Ipea, 2016.

BRASIL. **Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994.**

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.**

BRASIL. Organização Pan-Americana da Saúde. **Envelhecimento ativo**: uma política de saúde. Brasília-DF, 2005

BANDEIRA, Karla Maria. Revista A Terceira Idade, São Paulo, v. 16, nº34, p. 50-61, out. 2005.

BORGOAN, Robert, BIKLEN, Sari. *Investigação Qualitativa em Educação: Uma introdução à teoria e aos métodos.* Porto Editora, 1994.

BRESLER, Liora. Pesquisa qualitativa em educação musical: contextos, características e possibilidades. Revista da Abem, 16, p.7 a 16, Março de 2007.

BERQUÓ, E. **Algumas considerações demográficas sobre o envelhecimento da população no Brasil** – trabalho apresentado no *Congresso Internacional sobre Envelhecimento Populacional – uma agenda para o fim do século*, mimeo, Brasília, 1998

BEAUVOIR, Simone de. **A Velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

Costa, E. M. S., (1998). *Gerontodrama: a velhice em cena- Estudos clínicos e psicodramáticos sobre o envelhecimento e a terceira idade.* São Paulo.

DEBERT, G. G. e Simões, J. A. Aposentadoria e invenção da Terceira Idade. Textos didáticos. Campinas, SP: IFCH\UNICAMP, v. 1, n. 13, p. 31-48, mar. 1994.

DEBERT, Guita Grin. *A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2004.

Debert, G. G., (1999). A Construção e a reconstrução da velhice: família, classe social e etnicidade. (Org.) Neri, A. L. & Debert, G. G. (Org.) *Velhice e Sociedade*. FALEIROS, Vicente P. **Cidadania: os idosos e a garantia de seus direitos**. (Org.)

NERI, Anita L. Idosos no Brasil: Vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Editora fundação Perseu Abramo. Edição SESC, 2007

FELIX, J. S., **O planeta dos idosos**, entrevista de Alexandre Kalache, coordenador do programa de envelhecimento e longevidade da OMS, São Paulo, Revista Fator, edição do Banco Fator, 2007

JONES, M. **Electoral Laws and the Survival of Presidential Democracies**. Notre Dame, University of Notre Dame Press, 1995.

JUSTO, José Sterza; ROZEDO, Adriano da Silva e CORREA Mariele Rodrigues. O Idoso como Protagonista Social. Revista A Terceira Idade. São Paulo, v. 21, n. 48, p. 39-53, Jul. 2010.

LAVILLE, Chcristian e DIONNE. A construção do saber. Porto Alegre: Artemed, 1999.

LEITE. *Suma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil (Assistencia de Portugal)*. Lisboa, Junta de Investigações de Ultramar, 1965.

MENDES, Márcia R.S.S. Barbosa; et al. **A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração**. Acta Paul Enferm. 2005; 18(4):422-6

MEZZARROBA, Orides. **Introdução ao direito partidário brasileiro**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

MORANDINI, Jaqueline. A velhice: uma abordagem social e jurídica. In: Envelhecimento humano desafios e perspectivas. Organizado por 84

PASQUALOTTI, Adriano; PORTELA, Marilene R.; BETTINELLI, Luiz Antônio. Passo Fundo: UFP: Grupo de Pesquisa Vivencer/CNPq. 2004, p. 288-310.

NERI, Anita L. Maturidade e Velhice. São Paulo: Papyrus, 2001. v 1.

Neri, A. L., (2004). O que a Psicologia tem a oferecer ao estudo e à intervenção no

campo do envelhecimento no Brasil, hoje. Em Neri, A. L. & Yassuda, M. S. (Org.) *Velhice bem-sucedida: Aspectos afetivos e cognitivos*. Campinas, SP: Papirus.
PASCHOAL, S.M.P. Epidemiologia do envelhecimento. In: M.P. Netto (Ed.), *Gerontologia: A velhice e o envelhecimento em visão globalizada*. São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte: Atheneu. p.26-43, 1999;

PEREZ, J. La Feminización de la vejez. Neri, A. L., (2004). O que a Psicologia tem a oferecer ao estudo e à intervenção no campo do envelhecimento no Brasil.

RODRIGUES, Nara da Costa. **Política nacional do idoso - retrospectiva histórica**. Estud. interdiscip. envelhec., Porto Alegre, v.3, p.149-158, 2001.

SILVA, José Anísio da. **Gestão da Política Nacional do Idoso à luz da realidade de Juiz de Fora**. Dissertação de Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA/ Juiz de Fora, 2010.

KALACHE, A. et al. O envelhecimento da população mundial: um desafio novo. *Rev.Saúde públ.*, S.Paulo,21: 200-10, 1987

Sites consultados:

Ministério da Educação / Secretaria de Ensino Superior (Sesu)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada – Ipea

<http://presidentes-do-brasil.info/>

<http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2004/RES216082004.html>

Apêndice A – QUESTIONÁRIO

- 1- Nome completo
- 2- Apelido
- 3- Nacionalidade
- 4- Cidade Natal
- 5- Data de Nascimento
- 6- Nome da mãe completo
- 7- Nome do pai completo
- 8- Tem irmãos ? Se sim quantos ?
- 9- Tem filhos ? Se sim quantos ?
- 10- Qual raça se auto declara ?
- 11- Idade
- 12- Tem residência própria ?
- 13- Qual o seu endereço
- 14- Qual o seu partido político
- 15- Qual o valor do seu salário como vereadora ?
- 16- Possui outros benefícios públicos (salários em outros cargos, aposentadorias entre outros ?)
- 17- Como a Sra. conheceu a política ou quem te apresentou a política
- 18- Períodos da sua legislatura (de que ano até que ano ?)
- 19- Quantos votos obteve em cada legislatura ?
- 20- Participa ou participou de alguma comissão ?
- 21- Com quantos anos a Sra. Entrou na política
- 22- Entrou na política com qual propósito

- 23- Antes de ser vereadora , que profissão exercia ?
- 24- O que a Sra. acha da transparência da câmara ? E oq eu acha que pode ser melhorado ?
- 25- O que a Sra. Acha da transparência da prefeitura ? E o que acha que pode ser melhorado ?
- 26- Quais foram os seus trabalhos realizados para o município ?
- 27- A Sra. possui algum projeto em tramitação ? Se sim ele é voltado para as pessoas idosas ?
- 28- Tem outros projetos a serem colocados em pauta? Se sim quais são ?
- 29- O que levou a Sra. a ser vereadora em Cachoeira ?
- 30- Em sua família possui algum membro que esteja ligado a política ?
- 31- Na sua opinião as pessoas votaram na Sra. pelo fato de ser uma
- 32- Como a Sra. se sente sendo uma vereadora, idosa e mulher ?
- 33- A Sra. sofre ou já sofreu algum tipo de preconceito por parte da população ou por parte dos próprios colegas de trabalho ?
- 34- Como a senhora se sente sendo uma mulher na política ?
- 35- A Sra. como uma pessoa idosa e estando inserida na política, já criou algum projeto voltado as pessoas idosas do município ? Se sim qual ? Se não pretende criar até algum até o seu mandato ?
- 36- O que a Sra. acha da inserção das pessoas idosas na política partidária?
- 37- Na sua opinião a pessoa idosa é respeitada, mediante a sua profissão seja na política ou não ?
- 38- A Sra. sofre perseguição política por ser idosa ou mulher ?
- 39- A Sra. como fiscalizadora dos recursos do nosso município , acha que as políticas públicas estão sendo aplicadas corretamente ?
- 40- A Sra. acha que o município está colaborando no funcionamento das políticas públicas voltadas a população idosa, como saúde, educação e lazer ?
- 41- O país vive uma crise, não só econômica, mas também política, a Sra. acha que isso faz com que reflita nos projetos dos vereadores e ocasione que não vá adiante?
- 42- Como mulher e estando vereadora a Sra. acha que a prefeitura de Cachoeira, trabalha no desenvolvimento de qualidade de vida da mulher ?

- 43- Na sua opinião como está o trabalho do legislativo ? E do Executivo?
- 44- A Sra. prefere desenvolver projetos sozinha ou em equipe com os demais colegas vereadores ?
- 45- O que mais lhe incomoda em relação aos colegas de trabalho ?
- 46- Atualmente quais são seus principais projetos para o município de Cachoeira- ba ?
- 47- A Sr.a participa ou participou de algum grupo de discussão voltado para pessoas idosas , se sim, quais e onde ?
- 48- A Sra. participa ou participou de algum fórum que pode contribuir ou ser ajudado em determinadas questões sobre o envelhecimento ?
- 49- Sra. Angélica , Cachoeira é uma cidade onde o índice de abandono as pessoas idosas e a violência doméstica contra a mulher é alta , o que a senhora pretende fazer em relação a isso ?
- 50- Vereadora , Cachoeira possui a Instituição Lar Aconchego (antiga casa dos velhos), mediante as dificuldades que o lar vem passando, existe algum projeto seu ou dos seus colegas para beneficiar essa instituição ?
- 51- Vereadora , a Sra. foi eleita pelo outro grupo político , que era contra o atual governo. Como está o seu relacionamento com o atual governo ? E qual o seu atual grupo político ?
- 52- Como a Sra. avalia a Prefeitura Municipal da Cachoeira ?
- 53- Quais são as suas expectativas em relação ao atual governo do prefeito Fernando Antônio Pereira (Tato)?
- 54- A Sra. é a única representante idosa na câmara de vereadores ?
- 55- Qual o seu posicionamento sobre o atual funcionamento da atual câmara de vereadores? E acha que algo poderia ser feito em relação as melhorias para atenção voltada as pessoas idosas ?
- 56- Como foi o seu processo de envelhecimento ?
- 57- Como a Sra. se vê , daqui a quatro anos ? Ainda pretende voltar a política ?
- 58- Para a Sra. , qual a importância dos idosos na sociedade ?
- 59- Fale um pouco quem é Angélica Sapucaia
- 60- Deixe uma frase
- 61- O que a Sra. achou do tema abordado ?

Apêndice B - TERMO DE CONSENTIMENTO

TÍTULO DA PESQUISA: IDOSO E PARTICIPAÇÃO POLITICA NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRA – BA: UMA TRAJETORIA DE VIDA DA VEREADORA ANGELICA SAPUCAIA.

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia- UFRB- Coordenação de Serviço Social.

Eu, _____, declaro que estou ciente da minha participação na pesquisa como o título acima citado que tem como objetivo principal analisar a participação do idoso na estrutura política no município de Cachoeira-Ba.

A minha participação será registrada através da aplicação de um Estudo de caso. Fica acordado que a minha identidade será inteiramente preservada e que as informações por mim fornecidas serão exclusivamente utilizadas para fim de pesquisa científica. Os resultados do estudo serão divulgados em congressos, publicações científicas e/ou publicações de modo geral.

Estou ciente que se trata de uma atividade voluntária e que a participação não envolve remuneração. Tenho total liberdade de não responder a determinadas questões, tirar dúvidas durante o processo de estudo, excluir do material da pesquisa informação que tenha sido dada ou desistir da minha participação em qualquer momento da pesquisa, exceto após a publicação dos resultados. Também posso recusar e/ou retirar este consentimento, informando aos pesquisadores, sem prejuízo para ambas as partes a qualquer momento que eu desejar.

Após ter lido e discutido com a pesquisadora os termos contidos neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordo em participar da pesquisa. A minha participação é formalizada por meio da assinatura deste termo em duas vias, sendo uma retida por mim e a outra pela pesquisadora.

Cachoeira, ___/___/2017.

Participante - Assinatura: _____

Nome completo: _____

Pesquisador - Assinatura: _____

Nome completo: _____

Apêndice C- QUADROS DOS PRESIDENTES

QUADRO 1. Presidentes do Brasil por idade na posse mandato e partido – 1889 a 1930 (República Velha)

Presidentes	Idade da posse	Mandato	Partido
Marechal Deodoro da Fonseca	62 anos	1889-1891	Militar
Marechal Floriano Peixoto	52 anos	1891 – 1894	Militar
Prudente de Morais	53 anos	1894-1898	Partido Republicano Federal (PR)
Campos Sales	57 anos	1898-1902	Partido Republicano Paulista (PRP)
Rodrigues Alves	54 anos	1902-1906	Partido Republicano Paulista (PRP)
Afonso Penna	59 anos	1906-1909	Partido Republicano Mineiro
Nilo Peçanha	42 anos	1909-1910	Partido Republicano Fluminense
Marechal Hermes da Fonseca	55 anos	1910-1914	Partido Republicano Conservador (PRC)

Wenceslau Braz	46 anos	1914-1918	Partido Republicano Mineiro (PRM)
Delfim Moreira	50 anos	1918-1919	Partido Republicano Mineiro (PRM)
Epitácio Pessoa	54 anos	1919-1922	Partido Republicano Mineiro (PRM)
Artur Bernardes	47 anos	1922-1926	Partido Republicano Mineiro (PRM)
Washington Luís	57 anos	1926-1930	Partido Republicano Paulista (PRP)
Júlio Prestes	Não chegou a assumir, se tomasse posse, ele estaria com 48 anos.	Não assumiu	Partido Republicano Paulista
Getúlio Vargas	47 anos	1930-1945	Aliança Liberal (AL)

QUADRO 2. Presidentes do Brasil por idade na posse mandato e partido -1945 a 2017

Presidentes	Idade da posse	Mandato	Partido
José Linhares	59 anos	1945-1946	Era juiz e integrante do Stf
Marechal Eurico Gaspar Dutra	61 anos	1946-1951	Partido Social Democrático (PSD)

Getúlio Vargas	69 anos	1951 – 1954-2º mandato	Partido Social Democrático (PSD)
Café Filho	55 anos	1954-1955	Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)
Carlos Luz	61 anos	1955-1955	Partido Social Democrático (PSD)
Nereu Ramos	67 anos	1955-1956	Partido Social Democrático (PSD)
Juscelino Kubitschek	54 anos	1956-1961	PSD
Jânio Quadros	44 anos	1961-1961	Partido Trabalhista Nacional (PTN)
Ranieri Mazzilli	51 anos	1961 a 1961	PSD
João Goulart	43 anos	1961 a 1964	Partido Trabalhista Brasileiro
Ranieri Mazzilli	53 anos	1964 a 1964- 2º	PSD
Castelo Branco	64 anos	1964 a 1967	Aliança Renovadora Nacional (ARENA)
Costa e Silva	65 anos	1967 a 1969	Aliança Renovadora Nacional (ARENA)
Garrastazu Medici	64 anos	1969 a 1974	Aliança Renovadora Nacional (ARENA)
Ernesto Geisel	66 anos	1974 a 1979	Aliança Renovadora Nacional (ARENA)
João Figueiredo	61 anos	1979 a 1985	Partido Democrático Social (PDS)
Tancredo Neves	75 anos	1985- não assumiu	Partido do Movimento

			Democrático Brasileiro (PMDB)
José Sarney	55 anos	1985 – 1990	Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)
Fernando Collor	40 anos	1990 – 1992	Partido de Reconstrução Nacional (PRN)
Itamar Franco	61 anos	1992 – 1995	Partido de Reconstrução Nacional (PRN)
Fernando Henrique Cardoso	64 anos	1995 – 2003	Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).